



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

ONÉSIMO STAFFUZZA

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO – SÉRIES
FINAIS**

Brasília

2011



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

ONÉSIMO STAFFUZZA

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO – SÉRIES
FINAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração Fazendária como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. JANE FARIAS CHAGAS FERREIRA

Brasília

2011



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

ONÉSIMO STAFFUZZA

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: UM
ESTUDO SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi examinado e aprovado para a obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Jane Farias Chagas Ferreira – Orientadora

Prof. MSc. Alexandre Ciconello
Examinador

MSc. Antonio Henrique Lindemberg Baltazar
Examinador

Brasília, DF, 14 de Julho de 2011.

CESSÃO DE DIREITO

**TÍTULO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA
UM ESTUDO SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO – SÉRIES FINAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração Fazendária como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

É concedida à Escola de Administração Fazendária - ESAF permissão para publicar este trabalho por via impressa ou para divulgá-lo em meio eletrônico, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica produzida em conjunto com a ESAF, sem ressarcimento dos direitos autorais.

Onésimo Staffuzza

Brasília, 14 de julho de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao professor que acredita e se interessa em facilitar ao estudante oportunidades de se desenvolver como ser humano na busca de sua humanidade, e como cidadão que quer participar de uma sociedade mais justa.

Dedico-o a todas as pessoas que acreditam e lutam por um mundo melhor para todos.

Dedico-o ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe pela vida e empenho em me criar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Soberana e Amorosa Força Criadora por favorecer a vida e confiar talento.

Ao povo brasileiro que provê o Estado que promove o curso que possibilitou este estudo.

À Receita Federal do Brasil por acreditar que a educação tem receitas que facilitam o desenvolvimento social.

À Escola de Administração Fazendária e seu corpo de funcionários pelo papel de estruturar o ensino e especialmente este curso que abre horizontes para uma sociedade mais justa e uma democracia mais participativa.

À todos os professores que deram o melhor de si para nos ensinar ou mostrar o caminho da construção do saber.

À orientadora Prof^a Dr^a. Jane Farias pela dedicação ao seu papel, pela paciência e por ajudar a elevar meu interesse em continuar a lapidar o trabalho.

À Prof^a Inês Rosa Bueno que com seu olhar crítico revisou o trabalho.

Aos amigos que me incentivaram e me ouviram.

Aos meus filhos por participarem e incentivarem.

Ao meus irmãos, incluindo o Ozias, pelo apoio.

E, à querida companheira Ana Zélia por me aceitar, mesmo sendo escravo do trabalho e me ajudar a organizar.

"(...)

Brasil, país tardio

De ti brotam os prados, os brados dos bardos

bailam negros, brancos, índios abortados

nas praças aldeias igrejas calçadas terreiros

Brasil, "óia" teus "fios" tratados como bastardos

operários, matutos buscando seu pão, guerreiros,

desfrutam da liberdade ao molho pardo

E a bandeira não mostra teu sangue, nosso tom pardo

A cara mestiça,

Os olhos negros, verdes, castanhos

Filhos postiços de um mundo rico e estranho

Deixa essa cara de pena, de pena de morte

Fecha essa cara de santo, teu santo é forte

Deixa essa cara de pena, de pena de morte

Acorda para o espanto, prepara o corte,

Não mais te entregues alheio à própria sorte

Deixa essa cara de pena, de pena de morte

Brasil, um vazio

Em teu sangue, em teu corpo febril

Meninos dormindo sob o céu de anil

A sujeira, o assalto, o asfalto mais frio

Ah, se sua gente servil se ergue brava e forte

E deixa essa cara de pena, de pena de morte

(...)"

O ZI

Ozias A.Stafuzza

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar que fatores e estratégias contribuem para a formação da cidadania nas séries finais do Ensino Fundamental, levantar se a escola pública do Distrito Federal forma cidadãos e se programas parceiros da escola contribuem nesse processo educacional. Para isso, pesquisou-se o conceito de cidadania e os valores que a compõem. Foram garimpados conteúdos das normas e orientações do ensino federal e do sistema de ensino do Distrito Federal que tratam dessa questão. Foi realizada coleta de dados, utilizando estratégias qualitativas para descrever os fatores que contribuem para a formação da cidadania. Nesse sentido, foi aplicado questionário a 64 estudantes de três salas de aulas em três escolas públicas do Distrito Federal. Também participaram dez professores dessas mesmas escolas por meio de entrevista semi-estruturada contendo questões que versavam sobre formação, valores, abertura democrática da escola, estratégias para o ensino e o conhecimento e vivência da relação Estado-sociedade. Ainda foi realizada análise documental dos projetos político-pedagógicos dessas escolas. Os resultados demonstraram que há um descompasso entre a orientação do sistema de ensino e da literatura com a gestão da escola, a formação do professor, seus valores e a sua prática pedagógica. Discutiu-se ainda a complementaridade dos programas de algumas entidades parceiras da escola, como por exemplo, o Programa Nacional de Educação Fiscal, sustentado por vários organismos estatais, e as lacunas que não estão sendo preenchidas, que podem ser aprimoradas pela execução desses projetos.

Palavras chave: Educação. Cidadania. Escola. Estado.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo general investigar los factores y estrategias que contribuyen a la formación de ciudadanía en las calificaciones finales de la escuela primaria, investigar si la escuela pública del Distrito Federal forma ciudadanos y si las entidades asociadas contribuyen en este proceso educativo. Para esto, se investigó el concepto de ciudadanía y los valores que lo componen. Fueron analizados los contenidos de las normas y directrices de la enseñanza federal y del sistema educativo del Distrito Federal que abordan este tema. Los datos fueron recolectados a través de estrategias cualitativas para describir los factores que contribuyen a la formación de la ciudadanía. Por lo tanto, se aplicó un cuestionario a 64 estudiantes de tres aulas en tres escuelas públicas en el Distrito Federal. Los profesores también participaron en diez de las escuelas a través de entrevista semi-estructurada con preguntas que se centraron en la formación, los valores, la apertura democrática de la escuela, las estrategias para la enseñanza y el conocimiento y la experiencia de la relación Estado-sociedad. Todavía hicimos un análisis documental de los proyectos político-pedagógicos de las escuelas. Los resultados mostraron que existe un desajuste entre la orientación del sistema educativo y literatura sobre el tema y la gestión escolar, capacitación docente, sus valores y su práctica. También se discutió la complementariedad de los programas de algunas organizaciones asociadas de la escuela, tales como el Programa Nacional de Educación Fiscal, financiado por varias agencias estatales, los objetivos de estos programas que no se están cumpliendo y lo que se puede hacer para mejorar la ejecución de esos proyectos.

Palabras clave: Educación. Ciudadanía. Escuela. Estado.

LISTA DE ABREVIATURAS

CONAF	Conselho Nacional de Política Fazendária
CGU	Controladoria Geral da União
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DF	Distrito Federal
ESAF	Escola de Administração Fazendária
GDF	Governo do Distrito Federal
GEF	Grupo de Educação Fiscal Nacional
GEFE	Grupo de Educação Fiscal Estadual
GEFM	Grupo de Educação Fiscal Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MED	Ministério da Educação e do Desporto
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
PPP	Projeto Político Pedagógico
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formação dos Professores quanto à Educação para Cidadania.....	66
Tabela 2: Estratégias utilizadas pelos Professores para a Formação para a Cidadania.....	67
Tabela 3: Estratégias Apontadas por Professores para Trabalhar a Solidariedade	68
Tabela 4: Estratégias Utilizadas no Planejamento de Aulas.....	69
Tabela 5: Participação dos Professores em Mecanismos de Controle ou Projetos Sociais e Comunitários	70
Tabela 6: Como o Professor Compreende a Relação Sociedade-Estado.....	71
Tabela 7: Tipos de Participação na Elaboração do Projeto Político Pedagógico	72
Tabela 8: Percepção dos Professores acerca da Gestão Participativa na Escola	73
Tabela 9: Percepção dos Professores sobre a Atuação do Conselho Escolar	74
Tabela 10: Conhecimento e Percepção acerca da Aplicação dos Recursos Financeiros Recebidos na Escola.....	74
Tabela 11: Percepção dos professores sobre o comportamento do estudante....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I REVISÃO DE LITERATURA	
1.1 Conceituando Cidadania	18
1.1.1 Valores Presentes no Conceito de Cidadania.....	19
1.2 A Educação Formal no Brasil e Suas Relações com a Cidadania.....	25
1.2.1 Orientações Nacionais para o Ensino Fundamental.....	27
1.2.2 Sistema de Ensino Fundamental no Distrito Federal.....	31
1.2.2.1 Currículo do Ensino Fundamental – Séries finais.....	32
1.2.2.2 Orientações Pedagógicas – Séries Finais	34
1.3 Formação de Professores	36
1.4 Teoria sobre a formação para a Cidadania	38
1.4.1 Teoria democrática.....	39
1.4.2 Currículo.....	40
CAPÍTULO II PARCEIROS DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO	
ENSINO FUNDAMENTAL	
2.1 Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF	43
2.1.1 Ações Nacionais da Educação Fiscal nas Escolas	44
2.1.2 – O Programa de Educação Fiscal no DF	47
2.1.3 Estudos sobre o Desenvolvimento da Educação Fiscal nas Escolas do Distrito Federal	48
2.1.4 A Educação Fiscal em outros Estados da Federação	50
2.2 Outros Programas e Ações Aplicadas na Formação da Cidadania	50

2.2.1 Plenarinho: o Jeito Criança de Ser Cidadão - Câmara dos Deputados ..	51
2.2.2 Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público - Controladoria Geral da União – CGU	52
2.2.3 “O Que Você Tem a Ver com a Corrupção?” - Ministério Público	52
2.2.4 Outros Programas ou Ações Governamentais	52
2.2.5 Iniciativas Privadas: SuperAção Jovem – Instituto Ayrton Senna	53
2.2.6 Iniciativas Privadas: Jornais	54

CAPÍTULO III METODOLOGIA

3.1 Delineamento de Pesquisa.....	55
3.2 Participantes	55
3.3 Instrumentos	56
3.4 Procedimentos de Coleta de Dados.....	57
3.5 Análise dos Dados	59

CAPÍTULO IV RESULTADOS

4.1 Resultados da Pesquisa com os Estudantes	60
4.1.1 Processos Participativos	60
4.1.2 Valores	63
4.2 Resultados da Pesquisa com os Professores	65
4.3 Pesquisa Documental: Projetos Políticos Pedagógicos	76

CAPÍTULO V DISCUSSÃO

5.1 Discussão dos Aspectos teóricos metodológicos	80
5.2 Discussão dos Resultados	81

5.2.1 Discussão dos Resultados da Pesquisa com os Estudantes	81
5.2.2 Discussão dos Resultados da pesquisa com os Professores	89
5.2.3 Discussão acerca da Análise Documental.....	91
5.3 Discussão dos Programas e Ações das Instituições Parceiras	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS

PARA PESQUISAS FUTURAS.....	97
------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	100
--------------------------	------------

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário Aplicado aos Estudantes.....	110
Apêndice B: Roteiro de Entrevista Semiestruturado com os Professores.....	115
Apêndice C: Formulário de Autorização da Direção da Escola.....	118
Apêndice D: Grade de Análise de Conteúdo dos Dados Coletados com os Professores.....	119

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central a Escola como espaço de formação para a cidadania. Esse é um tema de grande relevância social, pois, mais do que em tempos passados a escola ocupa papel preponderante na formação do indivíduo e principalmente se esta incluir a formação para a cidadania.

Trabalhando com o Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que tem como visão de futuro a justiça social (BRASIL, 2004) e compreendendo que essa justiça será mais plena quanto mais os oprimidos se apoderarem e lutarem pela liberdade (FREIRE, 1987), este estudo pretendeu entender se a educação básica formal auxilia nesse processo de formação para a cidadania e quais são as bases, métodos e didáticas importantes para esse fim.

Conforme informação de Barbosa (2003), o Instituto Ibope divulgou resultados de pesquisa realizada em novembro de 2003 demonstrando que 56% dos brasileiros não gostariam de participar de práticas capazes de influenciar as políticas públicas. 35% não participariam porque falta informação sobre essas práticas e 21% por serem práticas consideradas chatas pela população. Esses dados revelam o quanto é essencial, que na formação do cidadão, haja práticas educativas que favoreçam a capacitação política, a reflexão, a consciência e a autonomia, levando o estudante a vivenciar o poder pessoal e o poder do grupo na questão da participação e transformação da comunidade em que está inserido.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo geral investigar quais são os fatores e estratégias que contribuem para a formação da cidadania nas séries finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), levantar se a escola pública do Distrito Federal forma cidadãos e se programas parceiros da escola contribuem nesse processo educacional.

Os objetivos específicos para o desenvolvimento deste estudo foram:

1. Entrevistar professores de escolas públicas, das séries finais do Ensino Fundamental do DF e apurar se recebem formação ou se possuem práticas que facilitam o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania;

2. Descrever quais são os processos participativos em que o aluno está envolvido;
3. Investigar se as escolas do DF utilizam a prática da gestão participativa como instrumento de ensino para a cidadania e se seus estudantes possuem valores sobre o bem comum, a ética e a solidariedade;
4. Analisar os projetos políticos pedagógicos dessas escolas para averiguar se há aplicação de métodos que conduzem os estudantes à reflexão sobre a vida em sociedade, participação na resolução de problemas e trabalhos coletivos, formação ética, política e solidária; e
5. Levantar se o PNEF e outros programas de governo ou da sociedade, tem se utilizado de instrumentos de estímulo à formação cidadã na parceria com as escolas.

No capítulo I, foram abordados diferentes conceitos de cidadania e os valores que a compõem, também foram descritos aspectos sobre a educação formal no Brasil e as orientações que regulam o sistema público de ensino do Distrito Federal, mais especificamente no que se referem às Séries Finais. Ainda são fornecidas informações sobre a formação de professores e teoria sobre a formação para a cidadania.

No capítulo II, descreve-se a teoria e prática de alguns programas parceiros que têm como objetivo auxiliar na formação para a cidadania nas escolas.

No capítulo III é apresentada a metodologia aplicada neste estudo, detalhando aspectos sobre o seu delineamento, o perfil dos participantes, os instrumentos utilizados, os procedimentos de coleta de dados adotados e as técnicas de análises utilizadas.

O capítulo IV apresenta os resultados da coleta de dados realizada com os estudantes, com os professores e da análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas pesquisadas.

Foram discutidos no capítulo V, os resultados encontrados e sua relação com os dados do IPEA, que informam quem suporta a carga tributária e a que setores são aplicados os recursos financeiros da União. Os resultados também

foram discutidos levando-se em consideração pesquisa elaborada pela ESAF junto a população em geral sobre o sistema tributário e o comprometimento do cidadão, o crime de sonegação fiscal, como é gasto o dinheiro público e se há transparência por parte do governo.

Partindo dos resultados obtidos por meio deste estudo, conclui-se apresentando as principais contribuições dos programas parceiros e como a escola pode fortalecer o ensino para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO I REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Conceituando cidadania

Passou-se o tempo em que o conceito de cidadania parecia restringir-se ao cidadão que exercia seus direitos políticos. O conceito de cidadania tem se alterado conforme foram sendo alterados o papel do Estado e as exigências sociais. Nesse sentido, segundo o jurista Dalmo Dallari (1998), cidadania originou-se da palavra “*civitas*” – cidade usada na Roma antiga para categorizar indivíduos que possuíam direitos em relação à cidade, a vida em sociedade.

Na mesma direção, Antonio Baltazar (2008) informa que após as duas grandes guerras acontecidas no século XX, aponta-se para uma busca por justiça social e igualdade. Assim o exercício da cidadania se confunde com lutas por acesso aos direitos sociais que possam assegurar a dignidade da pessoa humana. Após os direitos sociais serem definidos, as sociedades se aprofundaram nas questões dos direitos, surgindo a partir de então novas dimensões.

Assim, os direitos de primeira dimensão são os civis e políticos; os de segunda dimensão são os direitos sociais e econômicos que tem por finalidade aproximar a pessoa da dignidade humana e reduzir desigualdades sociais; a terceira dimensão traz os direitos coletivos de forte cunho solidário que têm finalidade de zelar por um desenvolvimento sustentável, a paz, o meio-ambiente, o patrimônio comum da humanidade e a comunicação (BALTAZAR, 2008).

Na corrente ideológica marxista, a cidadania é expressa pelo acesso pleno aos bens materiais e culturais que a sociedade produz (GALVÃO, 2006). Nesse sentido, Paulo Freire (2001) também define que cidadania só é possível com participação nos destinos históricos e sociais do contexto onde a pessoa está.

Dallari (1998) define cidadão como aquele que participa das decisões coletivas e aponta as consequências para aqueles que não se enquadram nesse conceito. Importante trazer aqui síntese desse seu pensamento:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

A cidadania aqui conceituada prevê, portanto, que o membro da sociedade possa não apenas ter direitos sociais, políticos, econômicos, coletivos, como de participar da construção e sustentação dos direitos para que estejam cada vez mais próximo da vontade coletiva. Para se realizar a vontade coletiva nas sociedades que buscam a democracia e a dignidade da pessoa humana é preciso que haja ética, solidariedade, interação e cooperação. Para sustentar o Estado Social de Direito há que cumprir os deveres de provê-lo através dos tributos e apoiar por outros meios.

1.1.1 Valores Presentes no Conceito de Cidadania

A educação para a cidadania pressupõe a formação de um agente de transformação que saiba refletir sobre as raízes da miséria e da exclusão social em que se encontra uma significativa parcela da população. Há que se ter formação política que aponte caminhos de mudança desse quadro opressivo. Numa democracia substantiva, cidadão é o sujeito político, protagonista, ativo e organizado (GALVÃO, 2006) .

Arroyo (2003, p.37) instrui que “reduzir a questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar a questão de base. É o que se tenta fazer quando se põe a educação como condição para a cidadania”. O mesmo autor ainda questiona se devemos trabalhar a construção da cidadania como formação através de programas ou ações externas ou se ela se constrói num processo cultural que acontece nas práticas sociais das classes?

Um programa externo por si só não renderia bons frutos. O questionamento acima deve nos levar a refletir em todo momento se a prática, a vivência está caminhando ao lado da teoria. As instituições que sustentam programas e ações externas para a formação da cidadania, fazem movimento idêntico para dentro ou

em suas relações? As escolas e as instituições parceiras das escolas, como a Receita Federal do Brasil, o Ministério da Educação, a Escola de Administração Fazendária entre outros, e seu corpo funcional se esforçam em serem democráticos, abertos à participação, críticos e abertos a crítica, éticos, solidários e cooperativos?

Machado (2010) esboçou seu entendimento de cidadania enfatizando que ela passa pela “alfabetização” em todas as áreas, a participação no processo político e na vida econômica incluindo a produção e o pagamento dos tributos, e o conhecimento de todos os direitos que qualquer ser humano tem. Pondera ainda que todo indivíduo deve ter projetos pessoais e projetos coletivos articulados e que a idéia de cidadania é antídoto para desviar qualquer projeto pessoal do “individualismo” e nos informa que a legislação educacional portuguesa pode nos servir de exemplo de boa educação para a cidadania, pois estabelece que “a Educação visa à formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários e deve buscar a formação do caráter e da cidadania através do respeito pelos projetos individuais de existência” (MACHADO, 2010, p.10).

O mesmo autor continua argumentando que qualquer projeto deve ser permeado por valores universais, debatidos e acolhidos pela sociedade sob pena de serem letra morta. Por exemplo, não há que se trabalhar sob a “ética apenas da convicção” lugar onde nos sentimos protegidos, porém muitas vezes distante de ações transformadoras que estariam próximas de uma “ética da responsabilidade”. O processo de debater esses valores é caminho único para sistemas educacionais comprometidos com a cidadania (MACHADO, 2010, p. 9).

Corroborando Machado (2010), Melo (2010, p. 23), nos lembra que

(...) educar para a cidadania passa pela construção de valores éticos promovidos pelas interações endoculturais possibilitando a preparação do indivíduo para a autonomia, bem como à autogestão coletiva conduzindo as práticas solidárias.

As obras dos autores acima abordadas apresentam valores próximos e variados que se incorporam a um cidadão que podemos sintetizar como: político,

protagonista, ativo e organizado, que conheça seus direitos e deveres, que seja livre, responsável, autônomo e solidário. Ou seja, deve empunhar a ética da responsabilidade.

Ao analisarmos outras obras e autores, novos valores são acrescentados às medalhas de um cidadão. Não se pretende aqui explorar todos os valores, mas ater-se principalmente àqueles que o Ministério da Educação propõe aos sistemas de ensino dos entes federados (estados e Distrito Federal). Entre estes destacaremos a ética, a solidariedade, a interação, a cooperação e a autonomia.

Ética. Conceituada como um conjunto de valores e princípios que orientam as relações interpessoais, passa pelo humano consciente, que saiba distinguir o bem e o mal, o certo e o errado, a virtude e o vício e assuma a responsabilidade por seus atos (CHAUI, 1995).

Embora muitos digam que a ética tem características universais ela se diferencia em cada sociedade ou grupo, moldando-se à cultura (MACHADO 2010). Nesse sentido, BOFF (1999) nos revela a urgência por um novo “ethos” num mundo que pede por maior cooperatividade e uma veneração pelo mistério da evolução para que a terra não sucumba e nem sucumba a espécie humana. Ensina que “Ethos” significa “toca do animal, morada humana” e nos convoca a deixar a ética nascer da profundidade do humano para a reconstrução da casa. Precisamos de um “Ethos” que se oponha ao abandono, ao descuido.

Para Morin (citado em BARBOSA, 2010) a questão da ética do gênero humano é chamada de antropo-ética e deve passar pela consciência do humano enquanto indivíduo/sociedade/espécie. A antropo-ética convida-nos a educação para a humanização, para as questões sociais e planetárias. Pilotar o planeta obedecendo a vida e guiando-a. Trabalhar pela unidade planetária com sua diversidade, respeitar o outro na diferença e na identidade, desenvolver a ética da solidariedade e da compreensão.

A antropo-ética atrai o cidadão planetário a cumprir sua missão em prol da humanização da humanidade, a caminhar na globalização compreendendo a diversidade cultural, respeitar a diferença, reconhecer-se na identidade, construir a unidade planetária, desenvolver a ética da solidariedade e da compreensão. É assim que a antropo-ética compreende a “esperança na completude da

humanidade” (MORIN, 2000, p.106).

Dos textos desses vários autores acima é possível concluir que cidadania e ética são inseparáveis. Seremos mais cidadãos quanto mais éticos formos. Mais do que mero cumpridor de normas, o cidadão é um ser e não uma coisa, ele deve saber refletir sobre as normas e olhar o todo de modo a saber se os direitos postos estão “direitos” e se os deveres postos precisam ser mudados.

Solidariedade. Solidariedade é palavra muito usada pela sociedade com nuances próprias em cada campo que é empregada. No geral e popular ela é empregada como ação humana de ajuda ao próximo que subjetiva a autorrealização.

Avelino (2005) entende que ela nasce do sentimento pelo ser semelhante, sendo o que possibilita a vida em grupo, em sociedade. Já Holanda (s. d.), define que solidariedade está vinculada a obrigação moral de apoiar o outro: “5. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outros(s)” (HOLANDA, s.d., p. 1607).

A solidariedade como manifestação da ação humana em grupo pelo interesse comum, para ajudar na caminhada com espírito de união, tem o seu ponto positivo. Ao contrário, sua manifestação por ato de caridade ou filantropia, fora da consciência tanto para quem dá como de quem recebe tem efeito negativo, pois cria relação de poder de um sobre o outro, prejudicando a igualdade, a mutualidade. Nessa direção, John Dewey (1980) nos informa sobre os pontos negativos da caridade e da filantropia:

A caridade pode, mesmo, ser usada como meio de administrar um calmante à própria consciência social, ao mesmo tempo em que elimina o ressentimento que, de outro modo, poderia desenvolver-se naqueles que sofrem com a injustiça social. A filantropia magnânima poderá ser empregada para encobrir brutal exploração econômica. Doações a bibliotecas, hospitais, missões e escolas poderão ser empregadas como meio de tornar mais toleráveis as instituições existentes, e de criar imunidades contra mudanças sociais (DEWEY, 1980, p. 311).

No campo das normas jurídicas, o termo solidariedade pressupõe interdependências de direitos, responsabilidades iguais e obrigações sobre um mesmo fato (SANTOS, 2001).

A solidariedade fiscal guiada pela interdependência mútua de se viver em sociedade e se organizar chegando a necessidade da criação de um Estado, que se pretende ser democrático, chama boa parte dessa sociedade a responsabilidade pela criação desse Estado de Direito, pelo seu provimento através principalmente dos tributos, pela aplicação dos recursos arrecadados e a responsabilidade no controle dos gastos (BALTAZAR, 2010).

O tributo é a oportunidade da manifestação da solidariedade, pois ele deve cumprir seu papel de amenizar as desigualdades sociais e corrigir as injustiças do sistema capitalista. A sonegação rompe com todo o sistema de direitos fundamentais à vida num Estado de Direito.

Interação. Piaget (1975, citado em BECKER, s.d.) elaborou a teoria construtivista, cujos fundamentos pressupõem que não existe sujeito a priori. O indivíduo quando nasce traz uma riquíssima bagagem hereditária, porém por si só não consegue expressar um simples pensamento ou realizar atos simbólicos. Por outro lado, o meio social por mais que tenha acúmulo civilizatório de milhares de anos não consegue ensinar ao bebê o mais simples sem que haja interação. É preciso interação (ação entre) o sujeito e o objeto para que o conhecimento seja estruturado. Cada sujeito adquire o conhecimento do seu próprio jeito na interação com o objeto. O conhecimento é um estado, não é permanente, pois se modifica dependente de novos sujeitos e de novos olhares. O estudante não é uma tábua rasa (*alumno* = ausente de luz), ele deve responder e interagir ao que se apresenta. Como se sente um professor que expõe suas lições diante de um estudante passivo que não interage? Para haver conhecimento é preciso interação. Só há conhecimento quando o objeto passa por transformação ou quando transforma ao próprio sujeito.

Sobre a interação social, Perret-Clermont (1980) informa que ela processa a reorganização cognitiva induzida pelo conflito. O desenvolvimento do raciocínio ocorre mais frequentemente na interação quando os membros do grupo

têm discrepâncias e precisam do consenso.

A interação entre as pessoas na busca pela cidadania tem papel importante, pois como diz um velho ditado “Uma andorinha só não faz verão” (desconhecido) ou “Uma andorinha só não faz primavera” (atribuída a Aristóteles). Na expressão e conquista dos direitos ou na busca de resoluções sociais o indivíduo interage com semelhantes para construir identidade coletiva e interage com os divergentes para enriquecer, transformar, criar elementos de coesão para convivência. Nos dois sentidos a cooperação entra como elemento que busca a coesão e o enriquecimento.

Cooperação. A cooperação implica em “operar com”, co-realização. Numa relação de cooperação há que se ter objetivos comuns e intenção explícita em contribuir (LINS, 2005). Também cooperação é mais complexo do que colaboração e interação, pois além de conter esses dois significados, vai além, pois requer respeito mútuo, relações não hierarquizadas, convivência com as diferenças e negociação constante (MAÇADA; TIJIBOY, 1998).

Para Edwards (1991) o fenômeno da relação social contém aspectos equidistantes como a cooperação e a competição que facilmente, a depender do contexto e do valor adaptativo, pode pender para um lado ou para outro. Ambos estão a serviço de objetivos individuais, pois favorece o conhecimento, o desenvolvimento. Porém, a cooperação conduz o indivíduo ao relacionamento positivo incluindo a necessidade e o bem-estar coletivo, enquanto a competição convida o indivíduo à agressão, à hostilidade.

Novamente há que se alertar do risco da cooperação ser compreendida com ajuda, esmola ou caridade. A cooperação é a força possível pela agregação das pessoas. É uma força que deve vir de todos os elementos agregados.

Autonomia. O ser humano é um ser social que se inter-relaciona. É na inter-relação que o aprendente deve assumir um maior controle de sua aprendizagem assim há afirmação do sujeito. A “autonomia acontece quando a gestão das relações que tecem a nossa existência permite a afirmação do sujeito, nomeadamente na concretização de projectos.” (PINTO, 1998 citado em MOURA, 1999, introdução).

Para Barroso (1996) a autonomia por ser um conceito relacional é relativa, pois seres humanos são interdependentes. Portanto, em algum grau somos autônomos de alguém ou de alguma coisa e dependente em algum nível. Saber gerir as diversas dependências do indivíduo ou do grupo, de acordo com suas próprias leis isso é autonomia.

Goldim (s.d.) em seu estudo sobre respeito a dignidade humana assegura que dentre a diversas teorias sobre autonomia há dois aspectos presente nelas que são condições de sua existência, a liberdade, que trás a independência no controle das influências e a ação intencional. Então ele ilumina as palavras de Charlesworth (1996) que vê na autonomia do individuo relação com sua cidadania, pois afirma que ninguém pode exercer sua liberdade e sentir-se autônomo se está angustiado com a pobreza, privado de educação e saúde.

Na construção do cidadão o indivíduo precisa conquistar a autonomia moral e intelectual para expressar sua ética, sua solidariedade e poder ser cooperativo. A participação é princípio fundamental para o cidadão e a autonomia é valor fundamental para a participação. Nessa construção há que entrar outros elementos, como a auto-estima, o conhecimento de si, do outro, o conhecimento da arte, dos códigos sociais, do direito, de economia, do pensamento sociopolítico (BRASIL, 1997).

Então, o ser humano conquista sua autonomia na relação com o outro e até na interdependência da espécie e com a natureza, criando seu espaço de sujeito (consciência, vontade, direitos e deveres).

1.2 A Educação Formal no Brasil e suas Relações com a Cidadania

O papel da educação escolar na história do Brasil tem se movimentado como um instrumento ideológico da política e da economia. No período de colonização do Brasil os nativos tiveram uma educação voltada para ajudar nesse processo. Após a revolução de 1930, com a industrialização o Brasil mergulha no sistema capitalista industrial e o sistema educacional passa a ser mais tecnicista, preparando os educandos para o trabalho (BELLO, 2001), porém surgiram com

muita força movimentos por mais abertura democrática e a escola e seus professores foram partes importantes nesse processo. Com a chegada da ditadura militar que veio para acabar com o fantasma dos direitos sociais nomeados como comunismo, acentua-se a busca pelo crescimento econômico que exigiu a volta da escola para a formação técnica para o trabalho, sendo reformada para não ameaçar a “segurança nacional” tão temida pelos militares, continuando assim a exercer seu papel de aparelho desse novo Estado que fixa a ideologia da ordem e do progresso e o combate aos movimentos sociais (ABREU, 2006).

Sobre o entendimento do papel da escola estar atrelado ao poder dominante, vejamos o que diz Althusser (2001, p. 78):

Acreditamos, portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho de Estado nº 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola–Família substitui o par Igreja–Família.

Interessante observar que apesar de toda repressão civil no período da ditadura militar, tanto a Constituição de 1967 como o Ato Institucional nº 1 de 1969 promulgaram sobre os ideais de liberdade e solidariedade humana que devia inspirar a educação do Brasil na época (BRASIL, s.d., s.d.a).

Sendo a escola utilizada como maquina reprodutora do pensamento das forças dominantes, a educação não resolve o problema da desigualdade social, da miséria, da exclusão e tantos outros, ao contrário ela reproduz a exclusão social. Nem por isso, a educação deixará de ter interesse público e desmerecer os investimentos do Estado. Educação é fundamental, mas não é tudo. Não é mais importante que moradia, saneamento básico, saúde, salário digno e acesso pleno a todos aqueles benefícios produzidos por uma sociedade (GALVÃO, 2006).

Hoje, a escola ocupa que papel? Com a abertura política após a ditadura militar, caminha-se como se fosse chegar cada vez mais próximo ao Estado Democrático de Direito, vontade expressa em nossa carta magna de 1988. A educação, mergulhada em seu processo de crise em busca de nova identidade, com a força dos instrumentos de dominação, ainda continua amarrada ao ensinamento para o trabalho e a manutenção das estratificações sociais, com viés na competitividade, porém tenta perseguir o caminho para educar o indivíduo ao exercício pleno da cidadania (BELLO, 2001).

Na atual Constituição da República Federativa do Brasil foi instituído que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Traz como princípios o pluralismo de idéias e a gestão democrática do ensino público, entre outros (BRASIL, 1988, art. 206).

1.2.1 Orientações Nacionais para o Ensino Fundamental

A partir da Carta Magna de 1988, reinicia-se o período de renovação de toda a normatização do sistema de ensino e assim surgem documentos importantes para uma nova escola. Entre os documentos que serão analisados para traçar o que está previsto com relação à formação cidadã, destacam-se: (a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; (b) os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs; (c) as Normas que dão diretrizes nacionais a educação do ensino fundamental; (d) as Diretrizes pedagógicas da Secretaria de Educação do DF para os anos 2009-2013; (e) Orientações Curriculares para as Séries Finais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, conforme o próprio nome diz, define e estabelece bases para a educação escolar, formada pelo ensino infantil, o fundamental e o médio. Fechando o foco para o interesse deste trabalho, a educação deverá ter como finalidade, entre outras, o desenvolvimento para o trabalho e para as práticas sociais naquilo que é indispensável para o exercício da cidadania.

Dentre outros aspectos, essa Lei estabelece certa flexibilização do currículo escolar. Uma parte dele será determinada pela base nacional e a outra, flexível à realidade regional ou local (RAMAL, 1997). A flexibilidade do currículo valoriza os profissionais da educação nas escolas que se tornam um pouco mais livres ou autônomas na instância pedagógica. Na base desse novo currículo a LDB em seus artigos 22, 26, 27 e 32 da LDB nº 9.394/1996 alterada pela Lei no. 11.114, de 16 de maio de 2005, estabelece certos conteúdos que podem facilitar a formação para a cidadania, como: deve abranger o conhecimento do ambiente natural, social e o sistema político, principalmente o do Brasil; a difusão de valores de interesse social, como direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem público e a ordem democrática; ampliação das propostas para o desenvolvimento humano como: desenvolvimento cultural, práticas esportivas e curso de música; aprender a ter conhecimentos e habilidades; aprender atitudes e valores; fortalecer a solidariedade humana e a tolerância recíproca para a vida social (BRASIL, 1996).

Com relação aos princípios democráticos de administração, a LDB cita que os sistemas de ensino dos entes federados deverão assegurar uma gestão democrática com progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, mantendo como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, art. 14 e 15).

Partindo da vontade esboçada tanto na Constituição Federal como na LDB e fazendo um levantamento nos sistemas de ensino dos estados federados e do DF verificou-se uma diversidade no campo pedagógico muito grande que continha propostas pedagógicas consideradas ultrapassadas e outras inovadoras. Com isso, surgiu a necessidade de se criar parâmetros nacionais que tem como objetivo dar norte a tarefa do professor e aos sistemas estaduais, sem fechá-los. Então os Parâmetros Curriculares Nacionais conta com possibilidades de colaborar com esses sistemas para o desenvolvimento das capacidades do educando e facilitar a aprendizagem de conteúdos importantes para que compreenda a realidade e

tenha condições de participar das relações políticas, culturais e sociais (BRASIL, 1997, Introdução).

As orientações advindas dos Parâmetros Curriculares Nacionais convidam a escola a favorecer ao estudante uma formação para a cidadania e explica que o caminho desse ensino-aprendizado passa por discutir, construir e executar em conjunto (diretoria, coordenadores e professores) seu projeto educativo, de modo a garantir a formação coerente dos estudantes ao longo da escolaridade obrigatória. Há que se trabalhar valores de ética e solidariedade e a fomentar o conhecimento não só por meio de sua transmissão, como também de sua elaboração. Pois há sempre espaço para uma infinidade de significados que nascem da interação entre o conhecimento institucionalizado, o do corpo docente, o dos discentes e o conhecimento trazido dos meios de expressão mais diversos, nos quais interferem fatores sociais, culturais, políticos e psicológicos (BRASIL, 1997).

Os PCNs propõem em seus “Objetivos Gerais do Ensino Fundamental”, uma metodologia que leve o aluno a construir seus próprios conhecimentos, a valorizar suas experiências e conhecimentos prévios, uma metodologia que coloca atenção na interação professor - educando e educando - educando. A metodologia deve incluir uma transição que vai de situações dirigidas por outrem até situações dirigidas e enfrentadas pelo educando com seus próprios recursos (BRASIL, 1997).

A formação escolar deve passar por tópicos sobre didática, autonomia, diversidade, interação e cooperação, disponibilidade para a aprendizagem, organização do tempo e do espaço, seleção de material (BRASIL, 1997).

Uma formação para a autonomia tem como parâmetro tanto o processo individual de aprendizagem quanto o trabalho coletivo que passa pela própria construção do conhecimento que se dá pela reflexão, participação, assumir responsabilidades e inserir-se numa cultura mais ampla. Cabe à didática favorecer essa construção, valorizar as experiências do aluno, os conhecimentos iniciais e a interação (BRASIL, 1997).

Algumas atividades podem ajudar o aluno a caminhar para a autonomia intelectual e moral, como: buscar formas de resolver problemas, planejar a

realização de tarefas, saber fazer boas perguntas e respostas, levantar hipóteses e buscar investigá-las, considerar as regras estabelecidas. Nessa direção, os trabalhos individuais auxilia no planejamento, na tomada de decisão e no cumprimento de responsabilidades. No mesmo sentido, o trabalho em grupo valoriza o desenvolvimento social, pessoal e intelectual e permite considerar as diferenças individuais (BRASIL, 1997).

O desenvolvimento da autonomia depende de suportes materiais, intelectuais e emocionais. No início da escolaridade, a intervenção do professor é mais intensa na definição destes suportes: tempo e forma de realização das atividades; organização dos grupos; materiais a serem utilizados; resolução de conflitos; cuidados físicos; estabelecimento de etapas para a realização das atividades (BRASIL, 1997).

Com relação à diversidade, o professor deve considerar fatores sociais, culturais e o histórico dos estudantes de modo a garantir a aprendizagem para todos, devendo utilizar didática que favoreça a interação e a cooperação. Estas, por sua vez, passam por aprender a dialogar, ouvir e ser ouvido, ajudar e pedir ajuda, aproveitar críticas, explicitar ponto de vista, coordenar ações em grupo etc. (BRASIL, 1997).

Ainda de acordo com os PCNs, para fomentar a interação e a cooperação o professor deve utilizar do trabalho em grupo estimulando o diálogo, a ouvir o outro, a ajudar, a aproveitar as críticas, a expor seu pensamento, a coordenar as ações, a falar e escrever sobre a experiência. Não devem ser considerados somente os aspectos cognitivos, deve incluir os emocionais e afetivos. Os grupos não podem ser divididos segundo ordem alfabética ou por idade, deve ser feito de modo a considerar gênero, nível de desenvolvimento, equilíbrio e ouvir o desejo e a opinião dos estudantes (BRASIL, 1997).

Com relação ao interesse pela aprendizagem, este acontecerá se a didática que o professor adota leva a isso. Se o professor quer estudantes curiosos e investigativos não deve exigir deles passividade em sala de aula. O professor deve usar de estratégias para a não fragmentação entre escola, sociedade e cultura, utilizando-se de objetos sócio-culturais do cotidiano fora da sala de aula como, por exemplo, revistas, filmes, jornais, instrumentos de medidas

que dão sentido às atividades carregadas de significados (BRASIL, 1997).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema ética deve ser trabalhado, na escola, de forma transversal. Entende-se que a escola deve assumir-se enquanto “instância de discussão dos referenciais éticos”. “É a escola o espaço para se construir significados éticos que deverão estar presentes nas relações de cidadania” (BRASIL, 1997, Introdução).

1.2.2 Sistema de Ensino Fundamental no Distrito Federal

O Sistema de Ensino do Distrito Federal toma por base os princípios e orientações explicitados na Constituição Federal, a LDB e os PCNs, que aqui não serão repetidos, porém detalhados. No que tange a gestão democrática, definiu que cada escola será dirigida por profissionais da educação eleitos pela comunidade escolar e local, com autonomia administrativa, financeira acolhendo as deliberações de um conselho escolar e autonomia pedagógica, o que chamou de “gestão compartilhada” conforme se observa a Lei 4.036 de 2007.

Nesse sentido, as Diretrizes pedagógicas da Secretaria de Educação afirmam o imperativo da democracia nas escolas:

Todos os sujeitos envolvidos nos processos educativos da instituição educacional devem participar de sua construção. A promoção e a participação em reuniões, a eleição do Conselho Escolar e da Associação de Pais e Mestres, a escolha de representantes de cada segmento para expressar suas idéias e defender seus objetivos devem ser estratégias utilizadas pela instituição educacional, sob a mediação de seu gestor (DF, 2008, p. 20).

É objetivo dessa norma (Lei 4.036/2007) assegurar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da Instituição Educacional, que trabalha pela inclusão educacional, visando a participação dos segmentos e dos conselhos esco-

lares, para que se favoreça a aprendizagem efetiva através de práticas pedagógicas de cidadania que leve a uma nova cultura organizacional (DF, 2008).

1.2.2.1 Currículo do Ensino Fundamental – Séries Finais (do 6º ao 9º ano)

As Orientações Curriculares – Ensino Fundamental - Séries e Anos Finais (6º ao 9º ano) da Secretaria de Educação do DF (SEDF) (GDF, s.d.), como não poderia deixar de ser, busca seguir a linha da LDB citando como competências da Educação Básica a percepção do educando como pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania, através da socialização do conhecimento para tomar decisões, construir competências, habilidades, formar valores e atitudes capazes de intervir em práticas sociais e políticas conhecendo seus deveres e direitos e, desenvolvendo interação, cooperação, solidariedade e cidadania (DF, s.d).

Para adquirir esse potencial, um dos elementos importantes é a escolha do conteúdo curricular. Conforme as Orientações Curriculares da SEDF:

Os conteúdos escolares refletem os significados e valores culturais e sociais que foram e são construídos no infinito processo de interação do homem com o mundo natural e social. Esses conteúdos são atualizados nas práticas de sala de aula quando o professor escolhe as metodologias mais adequadas para a aprendizagem, os recursos didáticos, os processos de avaliação e recuperação (DF, s.d., p. 6).

Pesquisado os conteúdos curriculares definidos pela SEDF, nas Orientações Curriculares 2010-2013 (s.d.), foram selecionados aqueles que dizem respeito a cidadania, a política e as relações sociais e as expectativas de aprendizagem.

Com relação aos currículos de Artes Visuais há o estudo dos meios de comunicação de massa e seu poder de influência social. Estuda-se neste componente, as manifestações cênicas da cultura. Espera-se que se aprenda a ler sentidos e significados e saiba utilizar a linguagem visual para se expressar.

Da aprendizagem em teatro, espera-se que o estudante saiba reconhecer e utilizar a linguagem cênica, a linguagem do corpo, do som, da voz, do espaço em diferentes formas de expressão. Aprenda a exercitar o trabalho em grupo respeitando as individualidades e a desenvolver textos dramáticos e apresentá-los.

As aulas de música devem ajudar o estudante a reconhecer as tendências estéticas e as manifestações artísticas, compreender seus sentidos e significados

Da língua portuguesa, espera-se que o estudante tenha oralidade, expressão, leitura e interpretação, conhecimentos literários, saiba produzir textos, manifestar idéias, confrontar opiniões e etc.

A educação física deve contribuir com a descoberta da potencialidade e habilidade corporal e reconhecer limitações. Oferece possibilidades de interagir em contextos de competitividade, cooperatividade ou recreativo. Ensinar o respeito mútuo, a resolução de conflitos e a convivência com as diferenças.

A Geografia deve ensinar a ler e confeccionar cartografia, a interpretar gráficos e tabelas. Levar a compreender o que é território e a complexidade das relações sociais que nele se encontra, o espaço físico onde o Estado se concretiza. Ensinar sobre o espaço geográfico brasileiro e sua inserção no mundo, a análise do desenvolvimento brasileiro, estudar a sociedade urbano-industrial e setores da economia, conhecer os serviços públicos em sua cidade. Ainda deve estudar os problemas sócio-econômicos do Brasil, os meios de produção, as desigualdades sociais e o crescimento desordenado, as características socioeconômicas e culturais das regiões brasileiras, o comércio interno e externo e as conseqüências da dívida brasileira. Entre os seus conteúdos ainda destacam-se: conhecer a divisão do mundo em capitalistas e socialistas; desenvolvidos, em desenvolvimento e emergentes; países do norte e do sul, colonização de exploração e povoamento da América, da África e da Ásia, a aprender sobre as questões atuais em ambiente para discussão, analisar indicadores sociais e as condições socioeconômicas e culturais do país, estudar o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais.

O currículo de História deve levar o aluno a compreender a importância do trabalho para a sobrevivência e a relação com a plena da cidadania, reconhecer

que a produção do trabalho deve visar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores; conhecer as instituições políticas, reconhecer o “Estado Novo”, na política e na economia, entender sobre a origem do Estado; as características e os vários períodos da república no Brasil, passando pela ditadura, a redemocratização até a Constituição Cidadã de 1988. Reconhecer a importância dos movimentos sociais e de resistência na conquista dos direitos dos cidadãos; conhecer movimentos políticos e sociais da Europa: Anarquismo, Socialismo e Comunismo e as crises econômicas e políticas. Saber posicionar-se frente às decisões políticas, conhecer o papel do voto e da participação coletiva, percebendo-se como sujeitos da história. Conhecer as formas de democracia, identificar contribuições para erradicar a exclusão social. Analisar processos históricos. Estudar a reforma agrária e a importância dos movimentos coletivos para as conquistas sociais. Conhecer a importância de aplicar o aprendizado escolar e a intervenção solidária na realidade em respeito aos valores e direitos humanos.

Com o currículo de Matemática espera-se que o estudante aprenda a lidar com situações-problemas envolvendo as operações, saiba coletar dados, compreender a estatística como recurso na interpretação de fenômenos, construir tabelas e gráficos (DF, s.d.).

Todos os itens e expectativas de aprendizagem acima foram selecionados e resumidos pelo pesquisador por estarem ligados com a formação para a cidadania e servirá para compará-los com os programas de educação para a cidadania, utilizados pelas entidades parceiras da escola e com a discussão dos resultados desta pesquisa.

1.2.2.2 Orientações pedagógicas – Séries Finais

As diretrizes pedagógicas para o Ensino Fundamental – Séries Finais da SEDF relata conter natureza política por formar homens para uma cidadania participativa neste país, onde as desigualdades sociais e econômicas são grandes, de modo a facilitar o desenvolvimento de “habilidades para recriar o mundo e a si próprio [...] na valorização e no respeito à diversidade (DF, 2008, p. 23).

Essas orientações pedagógicas têm seguido algumas tendências, por exemplo, trazem como um dos fundamentos a “Pedagogia Libertadora” que a partir da dinâmica social das divisões de classes e de interesses convida-nos a observar as contradições que o sistema capitalista tem gerado, de modo que a escola possa facilitar para a sociedade uma ruptura com o que não é digno de uma sociedade que pretende ser ética:

Se pensada como instrumento capaz de libertar o homem das relações de opressão e dominação, a educação escolar, no seu fazer pedagógico, tem o compromisso político com a formação de sujeitos críticos e reflexivos que, mediante a apropriação do conhecimento, sejam capazes de perceberem-se como sujeitos históricos imbuídos de um espírito cada vez mais comprometido com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva (DF, 2008, p. 23).

As Orientações preconizam que o caminho a ser percorrido pela práxis pedagógica da escola para trabalhar conceitos específicos definidos em cada área de conhecimento deve valorizar a interdisciplinaridade, deixar de lado o simples acúmulo de informações e criar oportunidades para reflexão e interação, que favoreça o questionamento, a criticidade, a associação de idéias, utilizando-se de estratégias diferenciadas, tais como: manifestações artístico-culturais de naturezas diversas; pesquisas, seminários e grupos de estudo; atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudo do meio; participação em promoções, campanhas e outros eventos sócio-comunitários; aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa; utilização dos laboratórios de ciências (DF, 2008).

Esse documento ainda convida as unidades escolares a desenvolverem o processo de ensinar-aprender por projetos interdisciplinares para favorecer uma visão mais ampliada que relacione teoria, pesquisa e prática e favoreça o protagonismo estudantil do ato de aprender. Há uma parte diversificada cujo conteúdo ou projeto político fica a cargo da comunidade escolar e sugere que o processo pedagógico se dê por projeto e atividades de interesse da comunidade local (DF, 2008).

1.3 Formação de Professores

No cumprimento de um dos objetivos específicos que é investigar se os professores da escola pública, das séries finais do ensino fundamental do DF recebem formação para facilitar o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania, passaremos pela legislação e por algum posicionamento teórico com o fim de subsidiar a discussão dos resultados de pesquisa efetuada junto aos professores.

A LDB não define como deverá ocorrer a formação de docentes. O Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 9/2001 cita em sua página 4 que as novas diretrizes e bases da educação trouxe desafios para as instituições educacionais e aos professores. Entre as várias dificuldades de se implementar essa nova política educacional voltada para a formação plena do indivíduo enquanto cidadão está o preparo inadequado dos professores nas instituições superiores que se mantiveram de forma geral presas ao formato tradicional de ensinar a ensinar, que não abarca os novos saberes que os professores da educação básica deve ter, e destacou:

- Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- Incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- Desenvolver práticas investigativas;
- Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; e
- Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, 2001).

A Resolução CNE/CP nº 01/2002 que institui diretrizes sobre a formação do professor para a educação básica vem exigir graduação de nível superior com licenciatura plena, disciplina em seu artigo 6º que nos projetos pedagógicos dos cursos de formação desses docentes deverá ser considerado as competências

referentes: aos valores inspiradores da democracia; a compreensão do papel social da escola; saber o conteúdo curricular e seus significados em contextos diferentes e articulá-lo com a interdisciplinaridade; conhecimento pedagógico; ao processo de investigação; ao gerenciamento de seu desenvolvimento profissional. Além da formação específica para as etapas da educação básica que a escola de professor deve propiciar, o § 3º desse artigo 6º diz da importância de ter um ambiente de debate dos temas contemporâneos mais amplos, envolvendo os conteúdos das áreas de conhecimento que se ensinará, a cultura geral e profissional, a dimensão social, política e econômica da educação. (BRASIL, 2002)

Os PCNs preconizam a necessidade de complementar a formação dos professores abrindo o campo da Pluralidade Cultural de modo que ajude no desenvolvimento da crítica, da incorporação de valores como aceitação da diversidade e exercício de cidadania.

Na mesma direção, as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Educação do DF trazem a necessidade de uma formação continuada dos professores, argumentando que num mundo globalizado onde a informação e a formação são pontos valiosos, imagine o professor que tem como papel mediar a formação de pessoas. Com a reformulação do papel da escola e a reforma do ensino o professor precisa estar reconstruindo seus valores, refletindo sobre a prática pedagógica, refletindo sobre o papel da escola e cuidando para que exerça esse novo papel que cabe ao professor, não mais de aulas centradas no professor que tinha a função de transmitir conhecimentos dos livros, agora para dinamizar a construção do saber coletivo sendo o professor mediador e incentivador desse papel (DF, 2008).

Para se adequar as mudanças e melhorar o sistema de ensino a Secretaria de Educação tem no plano de formação continuada as Coordenações Pedagógicas que acontecem nas próprias unidades escolares e outros eventos fomentados pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Ensino – EAPE. As Coordenações Pedagógicas devem ser espaços para debate, avaliação e planejamento da prática de ensino contextualizado, interdisciplinar. A EAPE deve

ser um espaço aberto à reflexão e a renovação das convicções do saber pedagógico onde acontecem cursos, oficinas, Seminário etc. (DF, 2008).

1.4 Teorias sobre a Formação para a Cidadania

A educação pode mudar uma nação, porém pode ser utilizada para manter a tradição do que está estabelecido. Nesse sentido, Barbosa (2010) argumenta que a escola muitas vezes tem sido só transmissora de conteúdos pré-estabelecidos e educa no sentido do adestramento dos estudantes em técnicas e habilidades, utilizando-se de métodos e estilos que levam esses estudantes a serem meros repetidores de uma “verdade” que não tem servido para melhorar a qualidade de vida e nem leva os educandos a se sentirem sujeito.

Assistimos, ainda, uma escola ultrapassada com carteiras dispostas de forma cartesiana e o professor na frente ensinando, elogiando ou criticando publicamente, notas que servem como prêmio ou punição. Isso é um desrespeito ao desenvolvimento humano. Não podemos esperar muito de quem ajudamos formar. Há uma reação que se dá pela repetência, indisciplina, falta de prazer em frequentar a escola, esses são sinais do fracasso pedagógico (BARBOSA, 2010).

O que a espécie humana quer, pode ser inferido, é viver e melhor. A educação se relaciona com a qualidade de vida do homem e de todas as espécies do planeta. Se a educação deve potencializar a criatividade humana diante do mundo “civilizado”, precisamos admitir redefinição de concepções como o eu, o outro e o mundo e cortar qualquer caminho pedagógico que não leve a análise e a reflexão (BARBOSA, 2010).

Há que se destacar a “pedagogia revolucionária” de Saviani (2005, p.75), como educação emancipatória que “deriva de uma concepção que articula educação e sociedade e parte da consideração de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes com interesses opostos” que precisam ser conhecidos para proporcionar uma “visão crítico-social dos conteúdos” e clarear as contradições das sociedades capitalistas, de forma a facilitar o enfrentamento das desigualdades produzidas por esses opostos (GDF, s.d.) Entre os vários

elementos que compõem uma educação emancipatória destacam-se: as práticas democráticas, a cooperação e o currículo.

1.4.1 Teoria Democrática

A Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas – UNESCO, por meio de uma Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, encabeçada por Jacques Delors apresentou relatório que contém quatro pilares de um novo jeito de se educar: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Todos os quatro pilares dão sustentação a formação do cidadão (DELORS, 1998).

Esse relatório aponta vários problemas do mundo e as possíveis soluções através da educação. Um dos grandes problemas mundiais são as desigualdades sociais que nascem também da ruptura da coesão social que se dá por muitos motivos, como: as migrações, o desmembramento das famílias, o crescimento desordenado nas grandes cidades, o rompimento da solidariedade de vizinhança. Isso lança muitos indivíduos no isolamento e na marginalidade. Para se resgatar essa coesão faz necessário importantes passos políticos e uma educação voltada para a formação do cidadão. A educação pode ajudar nessa coesão se trabalhar a diversidade dos indivíduos e dos grupos. A educação para o pluralismo traz o direito à diferença e ao mesmo tempo uma abertura ao universal (DELORS, 1998).

Mesmo nos países onde a democracia é prática política antiga há problemas de violência que se dá também pelas desigualdades sociais, porém não há tanto desrespeito a dignidade da pessoa humana. Não temos ainda outro modelo político, senão o democrático que facilite às pessoas a viverem próximo às decisões coletivas, como cidadão, tema aqui discutido como prática que pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas (DELORS, 1988). A democracia é prática presente na maioria dos países populosos.

Cabe ressaltar que a democracia tem sua origem nas palavras gregas “governo do povo”, sendo esse seu princípio fundamental, acompanhado de

direitos como igualdade e liberdade. Há questionamento sobre a igualdade de direitos e a liberdade, mas não faremos essa análise e revisão.

Bóbbio (2002, citado em GALVÃO, 2010), sustenta que não é só à ordem do poder do Estado que deve ser democrática. A democracia deve estar presente nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, desde as relações individuais passando pelas institucionais (família, empresa, escola). Ele afirma que “uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas” (GALVÃO, 2010, p. 1).

A educação formal deve ter esse papel de preparar o educando para uma participação social ativa, mostrando os direitos e os deveres seus e do coletivo, desenvolvendo competências sociais e oportunizando o trabalho em equipe. Um caminho é a “instrução cívica” dada como “alfabetização política”. Não se trata de passar preceitos ou códigos rígidos, pois passaria a ser doutrinação, mas fazer do espaço escolar a prática da democracia que facilita aos educandos a partir de situações reais do seu convívio o exercício dos direitos e deveres, a percepção dos limites da liberdade. Tarefas como a construção de um código de regras de convivências, criação de parlamentos jovens, simulações de instituições democráticas, exercício de resolução de conflitos pela não-violência. Essa “alfabetização política” não deveria estar restrita aos estudantes, mas aos membros da família e da comunidade local (DELORS, 1998).

1.4.2 O currículo

Hernandèz (1998) convida-nos a transgredir com a visão de currículo centrado nas disciplinas, entendendo como fragmentos fechados oferecidos ao aluno sob a forma de conhecimento que muito pouco tem a ver com a vida, as necessidades e interesses dos educandos. O currículo pode ter seu conteúdo, porém precisa estar aberto aos interesses dos estudantes e conectado com a realidade e a prática.

O currículo se torna um processo, a aprendizagem e o entendimento chegam através do diálogo e da reflexão. A aprendizagem e o entendimento são

criados (não transmitidos) conforme dialogamos com outros e refletimos sobre aquilo que nós e eles dissemos – conforme “negociamos passagens” entre nós e os outros, entre nós e nossos textos. O papel do currículo, como processo, é o de nos ajudar a negociar essas passagens; para este fim ele deve ser rico, recursivo, relacional e rigoroso (4 Rs) (DOLL, 1997.).

Dewey (citado em DOLL, 1997) diz que os currículos devem respeitar a capacidade do indivíduo em criar, planejar, executar e avaliar, tendo que se basear numa pedagogia e epistemologia da interatividade e não de espectador. As salas de aula, diferente de um ambiente competitivo que se alimenta das manifestações certas lançadas contra as erradas, poderiam ser comunais para se passar as experiências vividas, analisadas e transformadas, que favoreceria a cooperação mútua. As idéias seriam expostas com o propósito de serem exploradas, alimentando o processo recursivo – pensamento reflexivo. Há que se dar ênfase na prática sendo a teoria complementar para se explicar e fortalecer o saber.

Vasconcellos (1995) assegura a importância do projeto pedagógico como instrumento teórico-metodológico que possibilita dar sentido às ações dos profissionais da instituição de ensino, devido ao processo participativo, reflexivo, sistemático e orgânico.

Ainda nessa direção, Barbosa (2010) explica que o currículo de cada escola é a sua identidade. Não se pode conceber uma escola que atue com um currículo pré-determinado pelo sistema de ensino com material cientificamente acabado. Há que se entender o currículo como ferramenta para se compreender interesses sempre em movimento, atuantes na escola e na sociedade. Assim o projeto político-pedagógico vem organizar o pensamento dos profissionais da educação e dos vários segmentos da escola, considerando a comunidade e a realidade local, elaborando seu próprio currículo onde devem constar temas, assuntos e atividades que serão executados no semestre ou no ano letivo.

Resumindo e interpretando as estratégias que podem auxiliar na formação escolar para a cidadania passam por uma escola autônoma e aberta, que entre outras coisas devem colaborar para:

- uma gestão participativa envolvendo estudantes e pais/responsáveis

não somente para a gestão administrativa, também uma gestão pedagógica;

- trazer conteúdos mínimos necessários, sistematizados, como base e um currículo aberto para os interesses dos estudantes e conectados com a realidade e a prática;
- sistema de avaliação comunal ou grupal de modo a facilitar o processo de fazer-criticar-fazer, ou sistema de avaliação professor-educando-grupo, que permita posicionamentos e que não sejam para premiar ou punir, mas para avaliar se o caminho ensino-aprendizagem está correto;
- Trabalhar a coesão social no sentido do pluralismo cultural com respeito às diferenças;
- Trabalhar para o aprendizado político; e
- Construir visão crítico-social de modo a conhecer as relações de poder, incorporando à ética e a solidariedade.

Ainda, a formação com foco no aprendizado para a cidadania deve encontrar o professor aberto:

- A uma metodologia que permita a escolha dos educandos, sua criação, planejamento, execução, o debate, a apresentação dos resultados, reflexões-ações-reflexões e avaliação, numa ação interativa e não de expectador;
- A reflexão sobre a relação: Estado de Direito e sociedade;
- O ensino-aprendizado da ética e da solidariedade; e
- A favorecer a interação e a cooperação.

CAPÍTULO II

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Os governos de alguns estados e do Distrito Federal têm aberto as portas do ensino fundamental para que entidades públicas e do terceiro setor possam colaborar com a difícil missão da educação básica.

No Distrito Federal, local desta pesquisa, observou-se nas escolas ou fora delas, ações de parceiros como o PNEF, a CGU, a SOF, Banco Central, o MEC (Fortalecimento dos Conselhos Escolares) a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, Tribunal de Justiça do DF, os Ministérios Públicos dos Estados, o Instituto Ayrton Senna, O Jornal Correio Brasiliense etc.

2.1 Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF

O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF nasceu como programa de educação tributária e foi sendo transformado pelos entes criadores, pelos novos agregados e pelo CONAF – Conselho nacional de Política Fazendária. O Programa conta atualmente com a adesão e sustentação de vários órgãos governamentais, sendo os Ministérios da Fazenda e da Educação, a Controladoria Geral da União - CGU, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, as Secretarias de Fazenda e as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2008a).

O termo fiscal pode levar as pessoas a compreenderem como o ato ou o ator que fiscaliza, porém a palavra fiscal diz respeito ao fluxo de entrada de recursos financeiros no orçamento do estado, sua administração, sua política para o controle econômico e social e o gasto público.

O programa que está em seu 12º ano de existência tem como objetivo geral a formação para cidadania sob a ótica da consciência socioeconômica do tributo, alicerce para a construção de uma sociedade democrática. Disso desdobram-se vários objetivos específicos. Entre eles há alguns que se vinculam com a educação formal e a formação aqui estudada:

- Promover a reflexão sobre nossas práticas como cidadãos, contribuindo para a ampliação da consciência ética na gestão pública e na sociedade.
- Criar condições para a construção da consciência cidadã em torno do papel social dos tributos e dos orçamentos públicos.
- Ser um instrumento de promoção permanente do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2008a, item 4, s.p.)

O Pnecf, como idéias-força vinculadas à formação para a cidadania, tem os seguintes propósitos:

No âmbito da educação, o exercício de uma prática educativa para a formação de um ser humano socialmente consciente.

Na perspectiva da cidadania, objetiva possibilitar e estimular o crescente poder do cidadão quanto ao controle democrático do Estado, incentivando-o à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para sua execução.

No campo da ética, uma conduta responsável, individual e coletiva que valorize o bem comum (BRASIL, 2008a, item 4, s.p.)

Esse programa tem como visão de futuro contribuir para a construção de um novo modelo de Estado que tenha como essência a justiça fiscal e social e a democracia. É um programa que pretende abranger toda a sociedade e especificamente a educação formal que é o foco deste estudo (BRASIL, 2008a).

2.1.1 Ações Nacionais da Educação Fiscal nas Escolas

Em seu Plano Estratégico a Educação Fiscal tem projetado entrar nas escolas por meio da transversalidade curricular. A Escola de Administração Fazendária que é a coordenadora do Grupo de Educação Fiscal dá suporte ao curso

à distância de “Disseminadores de Educação Fiscal” voltado àqueles que irão interagir com a sociedade em geral e também com os professores a fim de disseminar o programa, agindo como sensibilizadores, implantadores e cooperadores para uma formação (BRASIL, 2008a).

Esse curso genérico, sem público específico, é oferecido para servidores públicos, professores, técnicos, estudantes e outros e tem como objetivos estratégicos:

- Disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a intensificação da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos;
- Estimular a prática interdisciplinar nas ações de educação fiscal, capacitando de forma continuada agentes multiplicadores (BRASIL, 2008a, s. p.).

Outro curso, o de Pós Graduação Lato Sensu: Especialização em Educação Fiscal e Cidadania, também pretende formar especialistas que possam favorecer não só a implantação da Educação Fiscal, como também o aperfeiçoamento do Programa.

Esses cursos nacionais têm dado suporte a implantação e sobrevivência dos Grupos de Educação Fiscais nos estados (GEFE) e nos municípios (GEFM). Os GEFE de cada estado têm atuado em seu sistema de ensino guiado pelo PNEF, porém com liberdade para criar seus planos de trabalhos, métodos e materiais. Trata-se de curso teórico com sugestão para desenvolvimento do plano de aula. Esse mesmo curso de Disseminadores de Educação Fiscal tem sido utilizado para levar informação sobre gestão fiscal aos professores, portanto é interessante trazer o conteúdo e a forma que está no curso. O curso foi dividido em quatro temas:

- Caderno 1 – Educação Fiscal no Contexto Social: traz os objetivos do programa, sua abrangência na educação fiscal e na educação pública; apresenta síntese sobre o sistema sociopolítico e econômico do Brasil e do mundo; aborda o fenômeno da educação, uma retrospectiva e a educação para a autonomia (BRASIL, 2008d)

- Caderno 2 – Relação Estado-Sociedade: Facilita o estudo da organização da vida em sociedade e a presença do Estado; estuda o Estado brasileiro desde a colonização até o período da redemocratização, contextualizando a cidadania; trata do Estado de Direito e a cidadania passando pela organização dos poderes, a administração pública e democracia; trata da economia, do desenvolvimento e a presença do Estado; trata da ética e do Estado que desejamos (BRASIL, 2008c).
- Caderno 3 – Função Social dos Tributos: explica sobre o tributo como instrumento financeiro do Estado; os documentos fiscais; formas de evitar o imposto e de direcionar parte dele; o ente tributante, a repartição das receitas ente os entes do Estado, a reforma tributária; a manutenção de políticas públicas (BRASIL, 2009a).
- Caderno 4 – Gestão Democrática dos Recursos Públicos: Trata do orçamento do dinheiro público; a contabilidade e a execução orçamentária; a natureza dos gastos; o processo de compra pública; o compromisso do gestor público e a necessidade do controle social desses recursos (BRASIL, 2009b).

A ESAF tem condensado trabalhos desenvolvidos pelos estados com o fim de divulgar as boas práticas, por exemplo, o livreto : “Oficinas pedagógicas” – onde apresenta resumos de oficinas trabalhadas nas escolas. São peças teatrais normalmente elaboradas por professores, pelos integrantes do GEFE ou por aluno; Oficinas de construção coletiva a partir de materiais disponíveis sobre o Estado Ideal e o Estado Real; Dinâmica de grupo e bioenergética que busca trabalhar comportamentos que devem ser internalizados pelo verdadeiro cidadão, considerando o cognitivo e o afetivo (BRASIL, 2008b).

O sitio eletrônico da Receita Federal: <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br> tem o objetivo de facilitar o acesso ao professor e às crianças e jovens a temáticas relacionadas com a fiscalidade de uma forma lúdica. O material disponibilizado tem sido utilizado como instrumento de informação.

2.1.2 – O Programa de Educação Fiscal no DF

A Educação Fiscal no Distrito Federal teve momento marcante a partir de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para modernizar a administração tributária, que contratou entidade especializada para implantação desse programa nas escolas de 6º ao 9º ano. A temática da Educação Fiscal foi subdividida em quatro focos: A comunidade – que trata de ética e cidadania; A cadeia produtiva – a organização da sociedade e do Estado; O contribuinte - noções sobre finanças públicas e a tributação; A retribuição – dos direitos e garantias fundamentais a vida (MELO, 2010).

Com a participação ativa dos professores da rede pública do DF foi elaborado material para sensibilização e implantação do Programa. Esse material contém: (a) Caderno do Professor – que traz informações sobre os quatro focos apresentados acima, demonstrando como estão dentro da matriz curricular, ligado a cada disciplina. O material sinaliza com sugestões de planejamento de como o professor em cada disciplina e série pode trabalhar essa temática de forma transversal; (b) Livro do Estudante – com conteúdo para cada estudante ou grupo trabalharem as informações de acordo com a didática do professor; (c) Revista em quadrinhos; (d) Filmes pedagógicos e (e) outros materiais.

De acordo com Melo (2010) foram capacitados 2440 educadores com o curso presencial e a temática foi desenvolvida em 122 escolas do DF.

A Escola de Administração Fazendária por ter sua sede em Brasília, além de gerenciar o Programa e sustentar a plataforma do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal no Brasil, tem recebido em seu espaço físico escolas das séries iniciais do Ensino Fundamental com o intuito de passar noções de cidadania fiscal de forma lúdica aos estudantes.

A Alfândega de Brasília, apoiada pelo GEFE do DF e outros parceiros, a partir dos objetivos do PNEF tem desenvolvido o projeto Cidadania Participativa das Escolas do DF, dividindo em três ações específicas e complementares: Construindo o Saber, o curso de Disseminadores de Educação Fiscal e o Fórum de Educação para a Cidadania (incluindo o Prêmio ao Professor – Cidadania Participativa).

A ação “Construindo o Saber” conta com a visita de professores e estudantes ao aeroporto internacional. Os estudantes participam de simulação para conhecer a presença do Estado na vida das pessoas, recebem informação sobre o Estado brasileiro e os poderes populares, debatem sobre problemas na escola, na comunidade local e no país. Refletem e criam uma nova organização de estado. Os professores levam material pedagógico e o compromisso de trabalhar essa temática na escola.

Outro momento importante é a disponibilidade aos professores do curso de Disseminadores de Educação Fiscal, sustentado pela ESAF e pelo GEFE do DF onde eles têm contato com informações da relação Sociedade-Estado.

O Fórum de Educação para a Cidadania e o Prêmio ao professor têm por objetivo a apresentação e debate dos trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Trata-se de um espaço para aprimoramento e divulgação.

Como essa ação da alfândega de Brasília, muitos outros estados desenvolvem atividades dessa natureza junto às escolas.

2.1.3 Estudos sobre o Desenvolvimento da Educação Fiscal nas Escolas do Distrito Federal

Os resultados do estudo realizado por especialista em Educação Fiscal e Cidadania e participante do Grupo de Educação Fiscal pela Secretaria de Fazenda do DF, Sr. Valcir Alves da Silva, com professores da rede pública do DF que fizeram o curso de Disseminadores de Educação Fiscal a Distância e o curso presencial de 48 horas do Programa de Educação Fiscal do DF demonstrou que a temática da educação fiscal foi pouco trabalhada por esses professores. Entre os motivos elencados por Silva (2010) como justificativa da baixa aplicação nas escolas foram apresentados: a) o não envolvimento do sistema escolar (Secretaria, diretorias, coordenações) na priorização de espaço para se trabalhar temas transversais como é recomendado para a temática da educação fiscal; b) deficiência na formação do professor para se trabalhar os temas transversais; c) pouco apoio ou aporte material e humano do Grupo de Educação Fiscal para

acompanhar e incentivar os projetos e as ações de educação fiscal nas escolas.

O professor da Secretaria de Educação do DF, participante do Grupo de Educação Fiscal e especialista em Educação Fiscal e Cidadania, Sr. Cícero Roberto de Melo, fez estudo sobre a educação fiscal junto aos educadores de três escolas-pilotos onde foram implementadas essa temática, através do mesmo curso a distância já comentado e do curso presencial. Esses educadores declararam que mesmo tendo tomado conhecimento dessa temática e sabendo de sua relevância, somente 16,7% deles trabalhou nesse sentido, revelando que só o conhecimento não foi suficiente para o efetivo desenvolvimento com os estudantes.

Os professores apontaram alguns aspectos que contribuíram para aquele diagnóstico: a) levar aos estudantes assuntos “... de natureza eminentemente técnica, no caso da aridez da tributação e os processos de modo geral que envolvem a fiscalidade, com o refino metodológico para a construção correta dos conceitos de forma palatável e prazerosa.” (MELO, 2010, p. 48) b) A temática da educação fiscal é vista como importante na formação do cidadão ativo, porém como há muitos outros temas de urgências a serem trabalhados e concorrem entre si dentro dos 25% que as escolas do DF podem escolher como “Parte Diversificada” do currículo (MELO, 2010; p. 50) c) há resistências culturais em trabalhos coletivos e interdisciplinares para extrapolar a visão fechada de currículo, interligar saberes. O planejamento e ação coletiva são fundamentais para desenvolver essa temática. Sugerem promover frequentes palestras, estender maciçamente os cursos à outros professores, divulgar e promover intercâmbio entre as escolas que estão desenvolvendo projetos sobre a temática (MELO, 2010).

A professora da rede pública do DF, participante do Grupo de Educação Fiscal e especialista em Educação Fiscal e Cidadania, Sra. Elcimar R. L.Torres, também realizou pesquisa junto aos professores de três escolas públicas do DF de Ensino Fundamental – Séries Finais para analisar a contribuição da temática Educação Fiscal na matriz curricular dessas séries (TORRES, 2010). O estudo realizado evidenciou que o curso de educação fiscal mesmo oferecendo segurança para abordar o tema em sala de aula deixou carência de práticas

didático-pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento dessas aulas. A maioria dos professores: a) opinaram que essa temática tem relevância dentro do contexto social em que os estudantes vivem, caminhando junto com a matriz curricular da rede pública do DF, *“que se fundamenta numa realidade contextualizada nas transformações sociais, privilegiando as aprendizagens significativas e a construção de competências e habilidades.”* b) consideram que o tema pode trazer um senso crítico da realidade social, sendo essencial ao Estado Democrático de Direito (TORRES, 2010, p. 45).

2.1.4 A Educação Fiscal em outros Estados da Federação

Todos os estados brasileiros utilizam-se do material do curso à distância do PNEF “Disseminadores de Educação Fiscal”. A maioria deles possui trabalhos complementares como: manuais aos professores, filmes e revistas temáticas, materiais didáticos para oficinas, cursos paralelos do tipo “Capacitação em projetos”, realização de Seminários, sitio eletrônico ou espaços físicos para compartilhar experiências etc.

Os cadernos, cartilhas ou manuais da maioria dos estados brasileiros analisados trazem conteúdos e linhas de focos parecidos, seguindo o conteúdo do programa nacional. Há pouco foco em metodologia que facilite a formação para a cidadania na linha trazida neste trabalho ou qualquer outra linha. Há pouca sugestão de trabalho que considere a interação, a cooperação, a solidariedade, a autonomia, a criação e o protagonismo.

Poucos estados têm investido nos encontros entre professores de modo a apresentarem e debaterem os projetos aplicados e debaterem metodologias que facilitam essa formação.

2.2 Outros Programas e Ações Aplicadas na Formação da Cidadania

Pelo caminho das escolas que foi percorrido pelo pesquisador foi possível

conhecer outros projetos de parceiros da escola, desenvolvidos ou em desenvolvimento e ouvir depoimentos de alguns coordenadores pedagógicos. Essas oportunidades despertaram no pesquisador a curiosidade de aprofundar o conhecimento acerca desses projetos quanto a sua concepção e aplicabilidade. Alguns desses programas já eram conhecidos por serem parceiros do PNEF.

2.2.1 Plenarinho: O Jeito Criança de Ser Cidadão - Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados tem ações que envolvem a criança e o adolescente com objetivo de aproximar esse público das funções legislativas. Nesse sentido, o portal eletrônico da Câmara dos Deputados “PLENARINHO – O jeito criança de ser cidadão” tem como objetivo manter um canal de comunicação com a criança e o professor de modo a informar esse público sobre as funções do Estado, principalmente a do poder legislativo, trazer notícias até mundial que dizem respeito a criança e acolher projetos em prol da cidadania desenvolvido por professores ou histórias de alunos.

O Plenarinho lançou curso a distância cujo objetivo é proporcionar ao educador do ensino fundamental aprofundar-se em alguns temas como:

- Educação no século XXI;
- Organização do Estado Republicano, Democrático e Representativo: os Três Poderes e suas atribuições;
- Poder Legislativo: o papel da Câmara dos Deputados;
- Processo Legislativo: aprovação de um projeto de lei (BRASIL, 2011, web).

O curso Plenarinho para Professores é composto de textos, oficinas e atividades didáticas direcionadas ao professor do Ensino Fundamental incentivando-o a criação de atividades a serem desenvolvidas com seus estudantes (BRASIL, 2011, web).

A Câmara dos Deputados também lançou cartilha sobre as eleições “Eleitor Mirim 2010” abordando a temática do processo eleitoral com atividades para que alunos vivenciem um processo eleitoral (BRASIL, 2011, web).

2.2.2 Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público - Controladoria Geral da União – CGU

Por meio do Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” a CGU objetiva sensibilizar e orientar a sociedade em geral incluindo professores e estudantes sobre a importância da transparência na gestão pública e incentiva a população a colaborar no controle social dos recursos públicos. Há curso a distância para adultos e curso presencial. Para professores e alunos a CGU lança a cada ano concurso de redação e desenho, estimulando assim debates na escola sobre temas ligados ao dinheiro público e o controle social, a ética e a cidadania (BRASIL, s.d.).

2.2.3 “O Que Você Tem a Ver com a Corrupção?” Ministério Público

Os Ministérios Públicos de vários estados brasileiros desenvolvem o projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”. Fazem campanhas com palestras e debates, cartilha de instrução e vídeo, com objetivos de estimular a denúncia e buscar a efetiva punição de corruptos e corruptores e educar e estimular as futuras gerações como é preciso cuidar de nossas práticas diárias para que sejam éticas e sirva de exemplo ao outro. As escolas têm adotado essa campanha (BRASIL, 2009b).

2.2.4 Outros Programas ou Ações Governamentais

Pelo Brasil, várias são as Câmaras Legislativas que têm projetos voltados

para a educação legislativa para jovens do ensino fundamental. Por exemplo, na Câmara Legislativa em Brasília há o Projeto “Cidadão do Futuro” que promove processo de escolha de deputados por um dia nas escolas. Esses deputado” defendem projetos de lei junto ao público de estudantes.

A Secretaria de Orçamento Federal produz a cartilha “Sofinha” que trata do orçamento em linguagem bem simples para que adolescentes possam ter contato com essa atividade de Estado.

O Banco Central do Brasil tem página na internet onde crianças e jovens têm contato com o papel do Banco Central, o papel do estado e seus poderes. Ali eles encontram material de pesquisa para trabalhos escolares e alguns jogos para ajudar na memorização do conteúdo dado.

A Associação de magistrados Brasileiros e o Tribunal de Justiça do DF têm o Programa Cidadania e Justiça nas Escolas que tem como objetivo conscientizar professores, pais e alunos sobre cidadania, ética, justiça e aproximar a justiça do cidadão.

Vários desses órgãos também promovem concurso de redação, frases e desenho com o fim de estimular o interesse por assuntos nem sempre atrativos.

2.5 Iniciativas Privadas: SuperAção Jovem – Instituto Ayrton Senna

O SuperAção Jovem é um programa do Instituto Ayrton Senna voltado para os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Conforme é anunciado em sua página eletrônica, os estudantes formam times que agem em grupo e buscam: praticar um novo modo de ver, pensar, sentir e agir; solucionar problemas de aprendizagem e convívio em sala de aula; melhoria da escola e da comunidade. Neste Programa é trabalhado o protagonismo juvenil com as disciplinas ditas centrais “matemática e língua portuguesa”. Utiliza-se da leitura e à resolução de problemas como ferramentas para a formação de jovens para a autonomia, a participação social, a educação permanente e o mundo do trabalho. Tem como filosofia que professores e estudantes deixem de ver problemas somente e que saiam em busca de soluções. Professores são formados para

utilizar-se de “*práticas de ensino centradas no aluno, no protagonismo juvenil, na aprendizagem colaborativa e na educação por projetos.*” (SENNA, s. d., web). Conforme informação disponibilizada no site institucional, esse projeto acontece na rede pública do estado de São Paulo, nas salas de leitura no DF e em algumas redes municipais

Esse programa prima pela criação e responsabilidade dos próprios alunos o que o qualifica como parceiro importante na formação do cidadão. Dewey (citado em DOLL, 1997) corrobora a importância de um currículo que valorize a capacidade do estudante em criar, planejar, avaliar e se responsabilizar.

2.2.6 Iniciativas Privadas: Jornais

O Jornal Correio Brasiliense sustenta o programa “Leitor do Futuro” em parceria com a SEDF, que tem como objetivo estimular o uso dos jornais como recursos pedagógicos para o ensino nas escolas. Uma reportagem do jornal pode ser utilizada de forma interdisciplinar e facilitar a discussão em torno de temas e problemas atuais. O jornal é encaminhado às escolas que se interessam em participar e seus professores podem tomar parte de oficinas para a boa utilização do jornal (DIARIOS ASSOCIADOS, 2011)

Outros jornais do país têm programas semelhantes que ajudam na construção do hábito de ler e interpretar. No entanto, há que se alertar para o perigo das reportagens tendenciosas e preconceituosas.

Muitos outros programas, projetos e ações existem nas escolas brasileiras, porém o pesquisador se ateve àqueles já conhecidos, que tomou conhecimento através das escolas envolvidas com a Educação Fiscal no DF com as quais manteve contato.

Todos esses programas facilitam aos professores a oportunidade de trabalharem conhecimentos paralelos aos definidos pelo sistema de ensino do estado da federação, colaboram com didáticas muitas vezes inovadoras e levam os estudantes a explorar outros espaços geográficos diferentes da escola. Assim, esses programas vêm ao encontro da necessidade de se estabelecer parcerias definida pelas orientações curriculares do DF (GDF, s. d.)

CAPÍTULO III METODOLOGIA

3.1 Delineamento de Pesquisa

O estudo terá um delineamento qualitativo descritivo por se mostrar adequado aos objetivos propostos. Na condução da pesquisa serão utilizadas estratégias qualitativas para descrever processos, contribuir com a reflexão sobre os significados subjetivos e comunicativos que estão na base dos processos educativos da formação para a cidadania. Para a coleta de dados foi elaborado questionário pelo autor da pesquisa com a finalidade de verificar a percepção dos estudantes sobre o tema investigado. Segundo Günther (2006), nesse tipo de pesquisa o conhecimento produzido é contextualizado e abrangente, levando em consideração o processo de desenvolvimento do indivíduo inserido em seu contexto sócio-histórico-cultural.

Devido à complexidade que é desenvolver um estudo que abranja tema tão desafiador e significativo quanto à questão da educação escolar e suas interconexões com a formação para a cidadania, foi realizada busca na literatura sobre a formação escolar e a formação de professores e a partir daí medir como está se dando a formação dos estudantes das séries finais do ensino fundamental, pesquisar como os professores aplicam os saberes e detêm conhecimento da relação estado-sociedade e apresentar resultado de outras pesquisas que complementam o saber..

Assim, buscando cumprir os objetivos propostos e partindo de estudos já realizados e documentos sobre a formação do professor no Distrito Federal, será analisado se a formação do professor é adequada para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem e orientem o estudante para sua formação como cidadão.

3.2 Participantes

Participaram da primeira fase da pesquisa 64 estudantes da 8ª série/9º ano do ensino fundamental de três turmas, cada uma delas em escola diferente da

rede pública de ensino da mesma Regional de Ensino do Distrito Federal, que não haviam participado do programa Cidadania Participativa das Escolas do DF desenvolvidos por entidades parceiras do Programa nacional de Educação Fiscal, optando por escolher duas escolas de cidades próximas ao pesquisador, uma escola nova em cidade nova, outra escola antiga em cidade antiga e uma escola em vila rural de modo a obter diversidade no posicionamento. O universo de estudantes matriculados na rede pública, 8ª série ou 9º ano, no ano de 2010 ultrapassou 27.000, portanto só foram pesquisados 0,23% dos estudantes que estavam matriculados nesta série. As salas de aulas onde se encontravam os estudantes foram escolhidas pelos coordenadores pedagógicos, com aprovação dos professores que estavam facilitando a aula no momento. Foi aberta a possibilidade dos estudantes não participarem da pesquisa se o desejassem. Ao final da pesquisa cada estudante, independente de quem respondeu ou não o questionário, recebeu um bombom.

Na escola A e C foram entrevistados 22 e 15 estudantes, respectivamente, com idade que variava entre 14 e 16 anos e média de 15 anos. Na escola B foram entrevistados 27 estudantes com idade que variava entre 14 a 17 anos e média de 15 anos.

Participaram da segunda fase da pesquisa 10 professores das mesmas três escolas pesquisadas na primeira fase, que não fizeram curso de educação fiscal. 07 eram do gênero feminino e 03 do gênero masculino, estes tinham idade média de 41 que variava entre 28 e 52. O tempo médio de magistério era de 11 e variava entre 05 e 21 anos. O tempo de magistério naquela instituição escolar variava desde 15 dias até 12 anos. Todos tinham graduação em: licenciaturas em Letras, História, Licenciatura Plena em Artes Plásticas, Educação Física, Matemática e Ciências, Ciências Biológicas e Estudos Sociais. Fizeram cursos de especialização em: Treinamento Desportivo, História do Brasil, Aprendizagem em Aceleração, Educação Artística Aplicada, História da Economia do Brasil, Planejamento Educacional e Direito Educacional e Idade Média.

3.3 Instrumentos

Questionário. Foi realizada pesquisa com os estudantes utilizando-se de um questionário impresso em três páginas com 16 questões abertas e fechadas, (veja Apêndice A), Esse instrumento quer saber se entre as práticas pedagógicas utilizadas na escola estavam presentes trabalhos, reflexões e a práxis, voltados para a formação para a cidadania, todas em grupos, e também se os estudantes participam de discussão e decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito. O questionário também continha perguntas com o objetivo de conhecer se esses estudantes possuíam valores presentes num cidadão, quais sejam, a abertura para o diálogo, a aceitação do outro como ele é, a solidariedade e a ética. Outro objetivo foi conhecer o nível de conhecimento desses estudantes sobre assuntos primários da relação Estado-sociedade, básicos para a formação de um cidadão.

Antes de ser aplicado o questionário foi testado e aplicado em dois estudantes. A partir de suas considerações foram subdivididas algumas questões, outras melhor explicadas e estruturadas de forma a deixar os espaços para as respostas mais juntos, para melhor cumprir seu papel.

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada. Foi elaborado pelo pesquisador, roteiro de entrevista semi-estruturada (Veja Apêndice B) que foi aplicado junto aos professores das escolas que participaram do estudo. O instrumento continha 20 questões com o fim de: identificar se eles recebem formação adequada; apurar se utilizam metodologias que facilitam o desenvolvimento do estudante em sua formação para a cidadania; Investigar se a gestão escolar é participativa; investigar se há aceitação ou não do comportamento e atitudes dos estudantes; e saber do conhecimento desses professores sobre o básico da relação Estado-sociedade.

Para melhor aproveitamento e teste de compreensão, foi realizado estudo piloto, onde a entrevista semi-estruturada foi aplicada a uma professora, tendo sido respondida por ela, sem nenhuma sugestão de alteração de itens.

3. 4 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em três etapas distintas. Durante a primeira etapa de coleta de dados, foi aplicado questionário nos alunos de três turmas de 8ª série/9º ano nas escolas públicas do ensino fundamental, em três cidades

satélites ou bairro de pequeno porte, com representação de diversas classes sociais, desde a classe pobre até a classe média baixa, que se localizam numa posição intermediária entre a área central do Distrito Federal e a periferia, pertencentes à mesma Diretoria Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante vinculada à Secretaria de Estado de Educação, onde há poucas escolas públicas e particulares, com representação de estudantes da zona urbana e rural.

O questionário com perguntas abertas e fechadas foi aplicado depois que foram paralisadas as atividades que os estudantes vinham desenvolvendo em sala de aula. Após a explicação dos objetivos do estudo e a solicitação de autorização do diretor com o apoio da coordenação pedagógica, foi solicitado licença ao professor e aos estudantes e em seguida explicada a importância do questionário e lembrado a todos a liberdade que tinham em não querer participar da pesquisa, bem como, da não necessidade de identificar o respondente. Em cada sala de aula houve uma ou duas pessoas que não quiseram participar da pesquisa, tendo ficado em sala de aula desenvolvendo seus afazeres.

Na segunda etapa, os professores foram selecionados por conveniência, na medida em que se colocaram disponíveis na sala de professores. Nesse momento era solicitada a participação em entrevista semi-estruturada. Somente dois professores se negaram a responder alegando falta de tempo. Depois de ter entrevistado o primeiro professor numa mesma sala onde estava a coordenadora pedagógica, percebendo-se o risco de o entrevistado não ficar totalmente à vontade para responder perguntas que falassem inclusive da gestão da escola, buscou-se entrevistar os demais em salas isoladas. Além do papel com as perguntas estruturadas onde foram anotadas as falas dos professores, utilizou-se gravadores de voz discreto, porém autorizada a gravação com o comprometimento que o som da voz só seria utilizado com o fim de redigir os resultados da pesquisa e que os mesmos não seriam identificados.

Na terceira etapa de coleta de dados foi solicitado à direção ou coordenação da escola que fornecesse uma cópia do Projeto Político-pedagógico mais recente, caso a escola possuísse. Esses documentos foram analisados com a finalidade de identificar a existência de focos de trabalho ou ações voltadas ao

conhecimento básico para desenvolver a crítica da realidade social, econômica e política ou métodos pedagógicos que levam a formação para a cidadania.

3.5 Análise dos Dados

Os dados coletados nas três etapas foram analisados por meio de procedimentos qualitativos descritivos. Os dados dos estudantes foram apresentados questão por questão, porém agrupados em relação a três categorias: a) nível de utilização de didática de participação dos estudantes; b) bagagem de valores e atitudes; c) conhecimento básico dos estudantes sobre a relação Estado-Sociedade.

Conforme o grau de importância das respostas em relação aos aspectos mais positivos da formação para a cidadania, estas foram lançadas preferencialmente. Quando não existe clareza ou não foi definido o grau de importância, os dados foram lançados pela ordem de maior incidência.

Onde há gráficos apresentando os resultados, foram mantidas sempre as mesmas cores e ordem para expressar valores mais interessantes considerando a formação para a cidadania.

Os dados coletados com os professores e os seus resultados foram apresentados na ordem das perguntas compiladas na entrevista, que foram classificadas e freqüenciadas, conforme grade que pode ser visualizada no Apêndice D.

CAPÍTULO IV RESULTADOS

Os resultados de cada etapa da coleta de dados serão apresentados separadamente dando-se ênfase aos aspectos que se quer analisar com a pesquisa com os estudantes, com os professores e a partir da análise documental. Também foram incluídos nos resultados outros elementos que emergiram da análise dos dados e que estavam relacionados com os objetivos desta pesquisa de identificar as estratégias que contribuem para a formação da cidadania em termos dos processos participativos em que estão envolvidos os estudantes, as práticas e estratégias que visavam a formação para a cidadania e a gestão democrática.

4.1 Resultados da Pesquisa com os Estudantes (N = 64)

Nos questionários aplicados aos 64 estudantes de três escolas de cidades de porte pequeno, localizadas geograficamente em áreas intermediárias ao centro da capital e a extremidade do Distrito Federal não houve a intenção de colher e comparar resultados por faixa etária, status social e nem por sexo. A coleta de dados foi realizada no período de 28 de setembro a 08 de outubro de 2010, que corresponde ao início do último bimestre do último ano do ensino fundamental. Esse período foi considerado adequado, uma vez que se queria descrever os processos participativos em que esses alunos se envolveram ao longo do Ensino Fundamental.

No instrumento de pesquisa aplicado junto aos estudantes foram utilizadas 16 questões para investigar três aspectos: a) processos de participação em que se envolveram os estudantes: b) bagagem de valores e atitudes relacionados ao bem comum, ética e solidariedade dos estudantes que estão terminando o ensino fundamental: c) conhecimento básicos dos estudantes sobre a relação Estado-Sociedade.

4.1.1 Processos Participativos:

As perguntas 1, 6, 12 e 13 feitas aos estudantes por meio do questionário foram elaboradas no sentido de auxiliar na análise do nível de participação dos estudantes em projetos que consideravam a reflexão, a decisão ou a ação deles.

Dos 64 estudantes pesquisados nas três escolas, 87,5% declararam ter participado de pelo menos um projeto que implicasse em ação, reflexão ou decisão. Entre os projetos elencados (n = 56), 56,5% dos alunos afirmaram ter participado de grupos para desenvolver projeto, 42% afirmaram ter participado de grupos de estudos, 17% afirmaram ter participado de grupos para tomada de decisão, 15,5% afirmam terem participado de grupos de discussão e 14% em grupos para defender interesses próprios. Nenhum estudante declarou participar de outro grupo diferente das opções apresentadas no questionário. Os demais, (12,5%) declararam não terem participado de nenhum trabalho em grupo. Embora os grupos para brincadeira e para estudos sejam muito válidos para a formação de vínculos, o desenvolvimento da aceitação do grupo e o processo de socialização, por serem práticas comuns a quase todas as escolas, aqui não foi considerado como inovações metodológicas que qualifiquem a escola como facilitadora na formação de um indivíduo participativo pois essas brincadeiras podem acontecer no horário de intervalo ou fora do horário de aulas e não necessariamente são estimuladas ou incentivadas pela escola como prática pedagógica.

Com relação ao nível de participação reflexiva, 57% dos estudantes indicaram que participam de momentos reflexivos, enquanto 30% informaram não participarem desses momentos e 13% não responderam à questão. Os estudantes que assinalaram que discutem ou refletem com os colegas apontaram cinco assuntos mais frequentemente: 73% assinalaram terem discutido sobre a nota que o grupo ou cada um deveria receber sobre algum trabalho, projeto ou prova; 62% informaram terem participado de discussão sobre como melhorar a escola; 58% discutiram sobre o que é certo ou errado fazerem na escola; 50% dizem terem discutido/refletido sobre como melhorar o ensino; e 42% discutiram como melhorar o país.

Quanto à participação ou envolvimento e luta por causas (bem comum), dos 62 estudantes que responderam a questão, 30,6% deles assinalaram não

terem lutado por causa alguma, enquanto 58% disseram ter lutado por algum motivo. Entre os que lutaram 7 estudantes não apresentaram os motivos e os demais apresentaram motivos como luta contra maus professores (f = 6), melhorar a escola (f = 4), por direitos dos estudantes (f = 3), melhorar o futuro (f = 2), ajudar a comunidade (f = 2), melhorar a educação dos colegas (f = 1), contra a desmotivação (f = 1), em favor da solidariedade (f = 1), em defesa de um colega (f = 1), lutar para o professor permanecer na escola (f = 1), direitos de alunos ou funcionários (f = 1), para tirar governador (f = 1), faltar na aula (f = 1), incentivarem outros a se cuidarem (f = 1) e por vários motivos (f = 1). Dois estudantes deram respostas que demonstraram que eles não entenderam a pergunta, portanto foram desconsideradas na análise da questão.

Quando perguntados sobre a participação em projetos comunitários, 70% dos entrevistados (n = 60) responderam que não participaram, outros 6,3% não responderam e 4 respostas não estavam claras. Os 23,7% que participaram de projetos comunitários declararam que esses projetos estavam relacionados com meio ambiente, rock, vida e saúde, Projeto SuperAção Jovem, portadores de necessidades especiais da comunidade e projetos comunitários sem a participação da escola: de solidariedade e de arrecadação de bens.,.

Ainda com relação aos processos participativos desencadeados na escola, foi perguntado aos estudantes se eles já haviam sido consultados sobre o nível de satisfação com a merenda escolar, com o ensino, sobre a gestão escolar entre outros. Entre os tópicos mais assinalados destacaram-se (n = 64): 57,8% foram consultados para saber o que pode ser melhorado na escola (f = 37); 46,8% dos estudantes foram consultados se o professor estava ensinando bem (f = 30); 26,6% informaram que foram consultados para participar do Conselho de Classe (f = 17); 21,9% foram consultados para saber onde e como utilizar o dinheiro (a verba) da escola (f = 14); 15,6% foram consultados para escolher o diretor da escola ou o coordenador (f = 10); 14,1% foram consultados para participar do Grêmio Estudantil (f = 9); 7,8% foram consultadas sobre outros assuntos, como, temas e matéria (f = 5). Somente 12,5% dos estudantes disseram que não foram consultados sobre nenhum assunto (f = 8).

Quanto à participação em termos de exposição de pensamentos e ideias contrárias, 79% dos estudantes (n = 51) assinalaram que expõem seus

pensamentos enquanto 21% se omitiam (n = 13). Destes, 54,8% dos alunos evidenciaram que, na maioria das vezes, expunha seu pensamento para que as demais pessoas saibam que há outra visão ou percepção (n = 34), enquanto 24,2% o faziam com a intenção de convencer outros (n = 15). Entre os estudantes que não expunham suas idéias em debates (n = 13), 13% deixavam de expor-se por não terem segurança (n = 8) e 8 % por acharem que não valia a pena (n = 5).

4.1.2 Valores

Solidariedade

Quanto à aceitação do outro com suas diferenças, os resultados evidenciaram que 88% dos estudantes apontaram que aceitavam o outro como ele se manifesta ou se apresenta. Somente 12% indicaram que riam dessas pessoas, se chateavam com elas ou tinham outro tipo de atitude.

Quanto à cooperação e solidariedade, dos pesquisados (n = 64), 53,2 % se colocavam à disposição para ajudar o colega que estava com dificuldade nos estudos, enquanto os demais 46,8 % não faziam nada ou pensavam que os colegas deveriam aprender sozinhos em sala de aula.

Ética

Para verificar o nível ético dos estudantes, foi proposto problema em que os alunos deveriam se posicionar quanto a dinheiro achado. Dos 64 pesquisados, 49 responderam que fariam esforços para devolver esse dinheiro, 13 pessoas ficariam com o bem, nenhuma pessoa respondeu que ficaria com parte do valor e duas pessoas não responderam ao problema.

A questão nº 11 do questionário foi utilizada para avaliar o valor ético consciente, a força da moral e a noção de bem público. Quando questionados sobre quebrar o giz da sala de aula como brincadeira, 90,8 % não participariam dessa brincadeira por vários motivos 39,1% responderam que não o fariam pelo valor do bem para a comunidade e por ser um bem público ou um bem da escola, 39% responderam não ser correto, 12,7% não se sentiriam motivados a fazer ou disseram que em nada ajudaria, enquanto 9,2% se sentiriam motivados a brincar.

Bem comum ou Bem Público

Com relação ao conhecimento sobre os bens públicos (n = 53), 82,8% responderam estes pertencem a todos, 9,4% responderam que estes pertencem a outros e 7,8% assinalaram não pertencer a ninguém.

Em relação aos conhecimentos básicos sobre os impostos, 89% dos alunos assinalaram que seus pais ou responsáveis pagam impostos (n = 57). Do total de alunos que possuíam conhecimentos básicos? Apenas 31% informaram alguns impostos que seus pais pagavam (IPVA, IPTU), 33% sabiam que o dinheiro dos impostos serve para sustentar os bens e serviços públicos. É importante salientar que 78% dos entrevistados informaram que sabiam da incidência de impostos sobre o consumo, indiretamente pagos pelo consumidor.

Entre os itens formulados com relação às funções do Estado Brasileiro, 36,5% responderam que o Estado serve para manter os direitos das pessoas (n = 23), 23% disseram que ele serve para controlar a vida das pessoas e impor deveres (n = 15), 40,5% disseram que o Estado serve para tirar dinheiro do povo ou cobrar impostos (n = 25). Um estudante deixou de responder.

Também foi perguntado aos alunos se gostavam de estudar e o que mais ou menos apreciavam na escola. Entre os estudantes que participaram da pesquisa, 73% indicaram que gostavam de estudar, 16% não gostavam e 11% responderam que não muito. Somente um não respondeu a questão.

Com relação ao que mais apreciavam na escola, os estudantes que se posicionaram (n = 40), apontaram: ensino (f = 9); merenda (f = 6); colegas (f = 6); professores (f = 3); funcionários (f = 2); Educação Física (f = 1); provas (f = 1); estudos (f = 1); relacionamentos (f = 1); aulas que parecem curtas (f = 1); intervalo e bagunça (f = 1); passeios (f = 1); paquerar (f = 1); intervalo e cultural (f = 1); da quadra (f = 1); educação (f = 1); localização escola (f = 1); não tem violência (f = 1); disciplina da direção (f = 1).

Sobre o que não gostavam na escola cada (n = 29), as respostas mais freqüentes foram: Falta de respeito de alunos (f = 4); merenda (f = 3); stress do professor (f = 3); estrutura da escola (f = 3); desorganização (f = 2); falta de participação do aluno (f = 2); Educação Física (f = 2); a ação da direção (f = 2); algumas aulas (f = 1); matemática (f = 1); a direção (f = 1); estudar muito (f = 1);

alguns professores (f = 1); direção (f = 1); falta material esportivo, merenda; (f = 1); direção ausente (f = 1); ”

As três últimas perguntas do questionário foram lançadas para ser um espaço de expressão livre das emoções e críticas, porém houveram curtas manifestações, conforme se observa no resumo apresentado nos três parágrafos anteriores.

4.2 Resultados da Pesquisa com os Professores (N = 10)

Entre os objetivos específicos desta pesquisa formulamos investigar se os professores das últimas séries do Ensino Fundamental do DF receberam formação e se utilizavam metodologias que facilitam o desenvolvimento do estudante para o exercício da cidadania; pesquisar se a gestão escolar é participativa, e como é visto pelos professores os valores que são cultivados pelos estudantes.

Foram entrevistados três professores e sete professoras, todos graduados. Sendo dois com licenciatura em letras, dois formados em História, um com licenciatura plena em Artes Plásticas, outro formado em Educação Física, outro em Matemática e Ciências e os demais em matemática, ciências biológicas e estudos sociais.

A maioria dos professores (n = 7) fez cursos de especialização em: Treinamento Desportivo, História do Brasil, Aprendizagem em Aceleração, Educação Artística Aplicada, História da Economia do Brasil, Planejamento Educacional, Direito Educacional e Idade Média.

Com relação ao tempo de magistério, quatro tinham mais de 15 anos de magistério, três tinham entre 10 e 15 anos, dois tinham entre 5 e 10 anos de magistério e um tinha menos de 5 anos de magistério. Seis professores estavam nas instituições pesquisadas a mais de dois anos, três iniciaram o ano letivo nessas escolas e somente um professor estava com 15 dias trabalhando nessa escola. Somente dois, entre os pesquisados, já tinham ocupado cargos de coordenador e supervisor pedagógico.

A síntese das respostas dos professores, a categorização ensejada e a frequência de cada categoria estão condensadas na Grade de análise de

Conteúdo (apêndice D). As categorias e frequências consideradas mais importantes do ponto de vista da formação para a cidadania foram lançadas primeiro do que as respostas que negam a cidadania. Cada trecho comentado traz tabela com a essência das questões.

Com relação a aprender a formar para a cidadania (Veja detalhes na Tabela 1), nove professores informaram que receberam algum tipo de capacitação, sendo dois em cursos de graduação, dois em cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Educação do DF, dois por meio da ação da direção e assistência pedagógica, três não indicaram a instituição. Outros três indicaram que receberam material de apoio sobre como formar para a cidadania (n = 3). Somente um professor afirmou não ter recebido curso ou apoio. Três professores não indicaram o tipo de curso ou evento ou onde receberam orientação ou apoio.

Tabela 1: Formação dos Professores quanto à educação para cidadania

Tipo de Formação	Instituição Formadora	N
Graduação	Universidade de Brasília	2
Cursos de Capacitação em Trabalho	SEDF	2
Apoio da Direção e Assistência Pedagógica		2
Não especificou		3
Não recebeu		1

Os professores quando questionados sobre como se forma para a cidadania apresentaram cinco estratégias básicas: fomentar a política em grupo; trabalhar com valores de solidariedade, ética, responsabilidade e respeito; formar para a crítica; sendo modelo; e orientando. No detalhamento dessas estratégias aparecem atividades interdisciplinares, a participação coletiva dos alunos por meio de atividades vivenciais, os debates, o questionamento, a reflexão e o trabalho com valores e ética (Veja Tabela 2).

Tabela 2: Estratégias utilizadas pelos professores para a formação para a cidadania (N = 10)

Estratégias	Definição	f
Fomentar a política em grupo	Atividades interdisciplinares, participar do coletivo e estudar sobre como funciona o Estado.	3
Trabalhar valores de solidariedade, responsabilidade, respeito e ética	Vivencia do aluno em criar e lidar com regras, direitos e deveres, incentivando a responsabilidade e honestidade.	2
Formar para a crítica	Debates, reflexão, motivar para o questionamento.	2
Diálogo	Orientar, conversar, mostrar a vida como ela é.	2
Sendo modelo	Dar exemplo de honestidade e responsabilidade.	1

Quando solicitados a responder sobre como trabalhar com valores como a solidariedade, metade dos professores não respondeu. Entre os cinco que responderam, três informaram que se deve trabalhar constantemente na orientação para esse valor, outros dois falaram da importância da discussão em grupo sobre valores e atitudes e outro trabalha com exercícios de cooperação para que o grupo realize o que gosta. Veja a especificação das estratégias na Tabela 3

Tabela 3: Estratégias apontadas por Professores para Trabalhar a Solidariedade (n = 5)

Estratégias	Especificação	n
Exercícios de cooperação	Serviços coletivos para alcançarem o que gostam	1
Discussão em grupo acerca de valores e atitudes	Cultura de paz, autoestima, respeito, amor	2
Orientação	Trabalho	3

Quanto aos aspectos que o professor considera ao planejar suas aulas e as estratégias que utilizam, os resultados demonstraram que a maioria (n = 8) dos professores considera a realidade em que o aluno se encontra, contextualizando o ambiente do educando e da escola com conteúdo curricular. A minoria (n = 2) executa o que está previsto no currículo, não se preocupando com a realidade que se apresenta. Metade dos docentes pesquisados utiliza como método atividades em grupo, como: debates, jogos interclasses, análises de notícias e leituras em voz alta. A outra metade trabalha com transmissão de conhecimento conforme conteúdo curricular, utilizando livros didáticos, vídeos, documentários e material concreto. Dos nove que responderam esse quesito, mais da metade observa que seus alunos participam de discussões sobre assuntos gerais da vida.

Maiores detalhes sobre esses aspectos podem ser visualizados na Tabela 4.

Tabela 4: Estratégias Utilizadas no Planejamento de Aulas (N = 10)

Categories	Definição	f
Aspectos Utilizados no Planejamento de Aula	Realidade do aluno	5
	Contextualização	4
	Currículo	2
Metodologia	Atividades em grupo (debates, jogos interclasses, análises de notícias e leituras em voz alta)	5
	Atividades individuais	1
	Atividades de transmissão de conhecimentos (livro, leitura, documentários, vídeos)	5

Quanto à participação dos professores em mecanismos de controle social ou em projetos sociais e comunitários os resultados revelaram que a maioria dos professores (n = 6) não participa de mecanismos de controle, decisão ou pressão ao Governo. Destes, apenas quatro participam do sindicato. A maioria dos professores (n = 8) também não se envolve em projetos comunitários, mesmo naqueles que são promovidos em parceria com a escola, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5: Participação dos Professores em Mecanismos de Controle ou Projetos Sociais e Comunitários (N = 10)

Mecanismos e Projetos	Nível de participação	f
Participação em Mecanismos de Controle	Participa – Sindicato	4
	Participa – Abaixo-assinado	1
	Participa – Redes Web	2
	Não participa	6
Projetos Comunitários ou Sociais	Preservação do Meio Ambiente	2
	Não participa	8

Sobre a compreensão do professor da relação Estado-Sociedade foi verificado que somente quatro professores demonstraram saber que o papel do Estado é o de manter o estado democrático de direito ou que deve assegurar a vida, a educação e a liberdade, conforme previsto na Constituição Federal. Sete professores entendem o Estado como prestador de serviços públicos básicos ou controlador e ditador de regras. Sete deles indicaram que pagam o custo dos impostos que recaem sobre o consumo e a produção, os chamados impostos indiretos, porém somente um deles citou que deve ser exigida a nota fiscal na hora do consumo. Oito responderam que pagam impostos diretos (responsabilidade direta do contribuinte em pagá-lo). Ver Tabela 6.

Com relação as formas de participação política do cidadão junto ao governo, somente um professor falou de várias formas de poder popular previstos na Constituição Federal ou em lei. Quatro professores falaram do voto e de manifestações coletivas de forma genérica, outros quatro indicaram o voto vinculado a pressões individuais. Maiores detalhes podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6: Como o professor compreende a relação Sociedade-Estado (N = 10)

Temas	Categorias	Frequência
Papel do Estado	Manter o Estado Democrático de Direito	2
	Prestar serviços básicos	4
	Facilitador do crescimento das pessoas	2
	Ditar regras e controlar	3
Impostos	Impostos indiretos ao comprar	7
	Exigir nota fiscal	1
	Impostos diretos (aqueles descontado do salário, IPVA, IPTU, Imposto de Renda, INSS)	8
Formas de Participação Política do Cidadão	Poderes populares previstos na Constituição ou não (voto, recurso judicial e administrativo, plebiscito, lei popular)	1
	Voto e meios de pressão coletiva (cobrar dos políticos, sindicato e greve)	4
	Voto consciente (cobrança individual dos políticos, saber votar)	5

Para observar como o professor enxerga e como a escola lida com a gestão participativa, propuseram-se algumas questões relacionadas à elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP. Dos dez professores participantes, sete afirmaram terem participado da elaboração do PPP. Entre estes, um apontou que houve a participação de todos os seguimentos da escola, com exceção dos

alunos. Outro afirmou que somente a direção elaborou o Projeto, enquanto seis professores afirmaram que a participação foi parcial, incluindo parte dos professores, funcionários e Conselho Escolar. Também houve a declaração de um professor de que Houve declaração de professores de que os PPP são feitos para cumprir com exigência do sistema de ensino e de que “existe tentativa para aplicar o projeto”.

Quando perguntados sobre que setores devem ser incluídos na gestão participativa, dos dez, três professores não incluíram o segmento dos responsáveis pelos alunos, dos próprios alunos ou dos funcionários, os outros seis entendiam que devem ser incluídos todos esses segmentos. Porém somente dois professores de fato viram acontecer a participação de todos os setores envolvidos na gestão administrativa e pedagógica.

A minoria dos professores ponderava que a gestão compartilhada com professores ou com o conselho escolar ou ainda que a gestão participativa acontecia com a presença de estudantes (n = 2). Os outros 8 cogitavam que a gestão abrangia parte dos segmentos da escola, sendo que 4 anunciaram que a gestão compartilhada se deu com direção e professores.. Maiores detalhes podem ser visualizados na Tabela 8 ou no apêndice D.

Com relação aos recursos financeiros recebidos pela escola, sete professores não sabiam o montante delas, porém nove tinham conhecimento de como esses recursos financeiros eram gastos na escola.

Sobre a atuação do Conselho Escolar, quatro professores informaram que eram atuantes. Seis professores não tinham conhecimento sobre como atuavam e desconheciam a sua existência na escola. Dos conselhos atuantes, três professores informaram que os membros que mais trabalham são os professores, a direção e os responsáveis pelos estudantes. Maiores detalhes podem ser visualizados nas Tabelas 7, 8, 9 e 10.

Tabela 7: Tipos de Participação na Elaboração do Projeto Político Pedagógico (N=10)

Tipos de Participação	Definição	Frequência
Participação democrática total	Toda a comunidade escolar (pais,	1

	funcionários, docentes, alunos etc.)	
Participação parcial	Foram excluídos um ou mais segmentos	2
Segmentos docentes e diretivos	Apenas professores e direção	3
Participação com sentido pedagógico	Segmento pedagógico	1
Não participativo	Só a direção	1
Participação do Entrevistado		7

Tabela 8: Percepção dos Professores acerca da Gestão Participativa na Escola

Gestão Participativa	Definição	f
Percepção sobre quem deve participar	Inclui toda a comunidade escolar	6
	Direção, professores, pais e alunos	1
	Direção, professores e funcionários	1
	Direção e professores	2
Percepção da prática da gestão participativa no âmbito pedagógico e administrativo nessas escolas	Todos os segmentos, inclusive estudantes, nos dois âmbitos	2
	Direção e Conselho Escolar atuando nos dois âmbitos	3
	Professores e direção trabalhando nos dois âmbitos	4
	Direção, professores e coordenação pedagógica atuando mais pedagógico	1

Tabela 9: Percepção dos Professores sobre a Atuação do Conselho Escolar

Fatores relacionados ao Conselho Escolar	Respostas	f
Atuante	Sim	4
	Não sei	3
	Não é atuante	3
Funções	Controlar as contas	2
	Orientar e resolver problemas	4
	Decidir sobre questões que envolvem os alunos	1
Membros mais atuantes	Professores	1
	Pais e professores	1
	Direção	1

Tabela 10: Conhecimento e Percepção acerca da Aplicação dos Recursos Financeiros Recebidos na Escola

Conhecimento e Percepção acerca da Aplicação dos Recursos Financeiros Recebidos na Escola	f
Sim, conheço as verbas	4
Sei que existem	4
Não sei quais são	2
Sei o valor aproximado	3
Não sei o valor	7

Sei como é gasto	9
Não sei como é gasto	1
Quem controla é o Conselho Escolar	5
Quem controla é a direção da escola	5

Com relação aos valores democráticos participativos que os professores demonstravam em suas práticas em sala de aula, ficou evidenciado que metade dos professores utiliza métodos pedagógicos tradicionais, centrados na transmissão de conhecimento ou na escolha do professor. A outra metade utilizava atividades em grupo e individuais como estratégias para fomentar a participação dos estudantes.

Entre os professores ($n = 10$), 40% indicaram que os estudantes têm comportamentos agressivos, são indisciplinados, revoltados ou apáticos. Para 60% dos professores o comportamento dos alunos era positivo. Esses professores viam seus alunos como participativos, solidários e interessados em discutirem assuntos que lhes diziam respeito. Entre esses mesmos professores, apenas dois achavam importante a participação dos estudantes na gestão da escola. Apesar de não participarem dos projetos comunitários desenvolvidos pela escola, metade dos professores tinha conhecimento desses projetos e da participação dos alunos. Mais detalhes sobre esses fatores podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11: Percepção dos professores sobre o comportamento do estudante

Temas	Categorias	f
Comportamento dos alunos durante as aulas	Participativos	5
	Interessados	1
	Agressivos, apáticos e revoltados	4

Foi perguntado aos professores ($N = 10$) o que eles menos gostavam na

escola. Sobre estes aspectos três listaram a falta de logística, dois apontaram a falta de participação dos responsáveis pelos alunos, dois enfatizaram a falta de participação de estudantes e dois reclamaram da falta de boa gestão participativa. Mais detalhes ver Grade de análise, apêndice D.

Entre aspectos que os professores mais apreciavam na escola os mais apontados foram: relacionamento com os alunos (n = 6); localização da escola e o prédio (n = 6), relacionamento entre professores e professoras (n = 4) e ensinar para muitas pessoas.

Sobre o que precisa melhorar na educação do Brasil, sete apontaram aspectos sobre a melhoria de condições de trabalho para os professores como: cursos, salários e congressos. Quatro professores argumentaram que governantes deviam priorizar a educação e quatro expuseram que deve-se valorizar os estudantes, trazer formas atrativas e projetos que os incentive a permanecerem na escola.

4.3 Pesquisa Documental: Projetos Políticos Pedagógicos

A atenção aos projetos políticos pedagógicos - PPP foi centrada nos aspectos julgados importantes na formação para a cidadania, ou seja: (a) a abertura democrática para a participação de todos; (b) utilização de métodos que valorizem a participação ativa, como exemplo, debates, ações reflexivas, criação coletiva; (c) valorização da ética, da solidariedade, da cooperação, do respeito pelas diferenças, do diálogo etc.; d) Currículo que privilegie conhecimentos sobre a relação estado-sociedade-indivíduo, passando pela reflexão ética dos direitos e deveres de cada ente.

De uma maneira geral, todos os três PPPs focavam na observância da LDB, na adoção dos princípios dos PCNs e das Orientações Curriculares e Pedagógicas do sistema de ensino do Distrito Federal. Ou seja, princípios que permitam a formação de valores éticos, morais, de solidariedade, com propostas pedagógicas que passam pela interdisciplinaridade, compreensão dos significados e união da teoria com a prática, que visem ao crescimento das

habilidades e competências para a formação do cidadão crítico, participativo e com autonomia intelectual.

Na questão da abertura democrática foi analisado se os PPPs foram elaborados com a participação de toda a comunidade escolar, parte dela ou pela direção. Embora em só um desses documentos ficou claro que a comunidade escolar participou do PPP, numa outra escola percebe-se que pelo menos em parte do processo houve colaboração de professores. No entanto, com relação à terceira escola há dúvidas se realmente houve elaboração coletiva do PPP.

Quanto à gestão administrativa participativa da escola, uma delas deixa entendimento de sua existência, numa participação ainda que pequena dos professores e do Conselho Escolar. As outras duas anunciam que a aplicação dos recursos financeiros são deliberados pelo Conselho Escolar e sua política de gestão é administrar com transparência. Um desses documentos ainda cita que serão chamados a gerir os recursos financeiros, o Conselho Escolar, o Caixa, a Comissão Financeira e a Comissão de Recebimento de materiais.

A gestão pedagógica foi observada nos três PPPs como sendo compartilhada entre todos os professores, pedagogos, coordenadores e supervisores, e em uma das escolas, inclusive pelo Conselho escolar.

Foi verificada a existência de métodos pedagógicos variados que contribuem para a formação para a cidadania. Entre eles, destacam-se:

- Elaboração conjunta de um código de conduta construído com a participação de representantes da comunidade escolar;
- Criação de Fórum permanente para debater temas sociais entre professor-professor, aluno-aluno;
- Valorização da voz, gestos e postura para despertar nos alunos a vontade de participar;
- Participação da comunidade escolar na construção da Agenda 21 da Escola;
- Atuação de forma participativa e transformadora, colocando-se a serviço do bem comum na defesa e preservação da natureza;

- Identificação de valores e contra-valores existentes na comunidade, desenvolvendo postura crítica, de livre arbítrio, de liberdade de reconhecimento dos limites e do autodomínio;
- Adoção de procedimentos de avaliação que dêem condições aos alunos de analisar, criar, interpretar e criticar formulando suas próprias idéias;
- Promoção de pesquisas, debates e entrevistas;
- Propiciação de interação entre os alunos provenientes de ambientes sociais diferenciados, valorizando as diferenças e a não discriminação;
- Desenvolvimento de projetos educativos, dentre esses se destacaram o Projeto Ética e Cidadania, o Café Literário, a Arteterapia, SuperAção Jovem, Dia do Estudante, Folclore, etc.

Todos os três PPPs analisados apontaram para a formação de valores indicados como pertencentes ao cidadão, porém foram observados pontos vulneráveis, pois poderiam trabalhar a relação Indivíduo-Sociedade-Estado e perdeu-se a oportunidade. Como exemplo cita-se o trabalho com os direitos e deveres do indivíduo e da sociedade intrínsecos no Estatuto da criança e do Adolescente, porém nada foi citado sobre as obrigações do Estado e a sustentação desse Estado. Cita-se também o exemplo gravado num dos PPPs que trabalhou a ecologia dos “5R” (Refletir, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar) todos de responsabilidade do indivíduo.

Podemos verificar, a partir dos resultados explicitados, que várias estratégias participativas foram implementadas junto aos estudantes no sentido do desenvolvimento de valores e na construção de conhecimentos sobre o papel do Estado. Com relação à formação dos professores, sua visão e atuação participativa no processo de gestão escolar, podemos verificar a necessidade de maior envolvimento desses atores, como também a necessidade de formação continuada para melhor atenderem às demandas curriculares vinculadas aos temas transversais, entre os quais se destacam aqueles voltados para o exercício pleno da cidadania.

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Observando a LDB, os PCNs, as Orientações pedagógicas da Secretaria da Educação do DF, os programas de instituições parceiras da escola e traçando um paralelo com os escritores do desenvolvimento do ensino-aprendizagem para a formação educacional, nota-se o quão ricas e avançadas são as normas do sistema educacional brasileiro e do DF.

Esses documentos trazem em seu bojo princípios de pedagogias: libertadora, crítico-social dos conteúdos e também da teoria do sócio-construtivista que em resumo desejam que o estudante seja conduzido para um processo de desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes com foco no social, no político e no cultural, que tenham ações responsáveis em projetos individuais e coletivos.

Esses parâmetros ainda enfocam a busca da autonomia, da diversidade, da interação e cooperação, da disponibilidade para a aprendizagem, da organização do tempo e do espaço, da seleção de material e do trabalho voltado para a ética e a solidariedade. Nessa direção, os conteúdos curriculares a serem trabalhados na escola, como já mencionado anteriormente, não devem ser fim em si mesmos, mas meios para aquisição e desenvolvimento de capacidades.

Quando se analisa as orientações curriculares do DF conforme sintetizado na revisão de literatura, subitem 1.2.2.1, nota-se expectativas de aprendizagem em todas as disciplinas, que propõe ao aluno apropriar-se de conhecimentos que facilitem o processo de formação do cidadão, principalmente e inclusive os currículos e expectativas de aprendizagem de: artes visuais, música, teatro, educação física, geografia, história e português.

Nas orientações curriculares do DF não ficou clara a existência de previsão de conteúdos que ajudem no conhecimento sobre o papel do cidadão como provedor do Estado de Direitos, sobre o Estado de Direito em si, sobre o papel que os impostos deveriam ter como fator de redistribuição de rendas e benefícios, sobre a influência das várias facetas sociais concretizadas no Estado brasileiro

atual e histórico, sobre o poder popular que pode ser exercido pelo povo organizado, sobre políticas públicas, sobre a dívida pública e seu papel, já que a carga tributária do trabalhador brasileiro gira em torno de 39% de seu rendimento e praticamente 1/3 desse percentual serve para pagamento dos serviços da dívida pública. Nesse sentido, o curso de Disseminadores de Educação fiscal de âmbito nacional, o curso da Câmara dos Deputados “Plenarinho” que trabalha as relações dos poderes constituídos e da CGU que trata da ética e do controle do dinheiro público, são ferramentas importantes para estimular o professor a complementar de forma transversal a formação para a cidadania.

5.1 Discussão sobre os Aspectos Teóricos Metodológicos

Com relação a coleta de dados, observou-se que os alunos pesquisados tiveram que interromper suas atividades e responder as perguntas. Houve uma quantidade considerável deles que não responderam algumas questões podendo ser por desconhecimento, por falta de vontade ou por causa da maneira como foram formuladas as perguntas. Apesar de ter sido conduzido estudo piloto para verificar a pertinência dos itens do questionário, é necessário ainda algum ajuste nas perguntas formuladas no sentido de serem mais claras aos estudantes desta faixa etária.

Conforme conceito de solidariedade apresentado no capítulo I, a questão 2 dá margem para que os alunos responda de forma a expressar mais a fraternidade do que solidariedade propriamente dita, porque a pergunta foi fechada para o caso do colega que o estudante pesquisado conhece bem. Não foi uma questão de colaboração para qualquer pessoa.

Como a coleta de dados junto aos professores ocorreu no intervalo ou no momento de descanso dos professores na sala dos professores ou em sala isolada para que houvesse tranquilidade e segurança em falar o que pensa. Isso só ocorreu depois da primeira entrevista em que foi detectada a falta de segurança em responder em ambiente com presença de outros profissionais ou de terceira pessoa. A entrevista frente-a-frente levou a inibição desses profissionais que fizeram esforço em responder todas as perguntas sem muito

pensar. A pesquisa poderia ser feita via entrevista a distância, por telefone, e-mail ou de correspondência para evitar esses pontos vulneráveis.

Quanto a pesquisa documental dos projetos políticos-pedagógicos, seria interessante observar como estes documentos são elaborados, como se dão as discussões que fazem emanar o seu teor e de que maneira expressam de fato a realidade da escola. Mesmo por que é comum a suspeita de que esses documentos são apenas copiados de uma escola para outra, sem debate ou participação coletiva, como deixou transparecer um funcionário de uma das escolas. Portanto, o ideal seria analisar o documento e questionar a direção ou a coordenação pedagógica se aquele documento traduz a vontade de todos ou de alguns e se é um documento que serve de referencial para a ação ou se foi feito para cumprir uma obrigação junto a Secretaria de Educação.

5.2 Discussão dos Resultados

5.2.1 Discussão dos Resultados da Pesquisa com os Estudantes

Há um esforço por parte das escolas no sentido de seguir as orientações e diretrizes do sistema de ensino, porém ainda é necessária a adoção de processos intencionais e sistematizados com vinculados à formação do indivíduo para a cidadania.

Estratégias de participação

Os resultados demonstraram que as práticas democráticas que incluem o aluno nas tomadas de decisão ainda é tímida, uma vez que um grande número dos estudantes nunca foram consultados sobre nenhum assunto de seu interesse ou que pouco foram consultados sobre assuntos de seu interesse e que estavam estreitamente ligados a sua vida acadêmica. Isso pode indicar que as consultas que houveram nessas classes não foram sistemáticas e sim esporádicas. Considerando que uma classe tem 5 aulas por dia e aproximadamente 100 aulas/mês pode-se inferir que as escolas desenvolvem pouco a estratégia de trabalho em grupo. Poucos são os trabalhos que buscam interagir com o

conhecimento prévio e com o desejo e a opinião do educando, remete ao estilo de aula tradicional e antigo de se transmitir conhecimentos do professor ao estudante ou da pesquisa do estudante em livros e outros meios o que não abre espaço para a construção da autonomia que se dá pela pesquisa, reflexão, participação, por assumir responsabilidades. Conforme nos aponta os PCNs (BRASIL, 1997) e também Hernández (1998), o currículo deve estar aberto aos interesses dos estudantes e conectado com a realidade e a prática, como é reafirmado num dos quatro pilares da educação “aprender a fazer” elaborado pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI da UNESCO (DELORS, 2003).

Os estudantes, apesar de se envolverem em atividades coletivas, esses trabalhos parecem estar voltadas mais para os aspectos cognitivos e não são realizados como uma oportunidade para desenvolver suas competências e habilidades através do trabalho em grupo que cria relações sociais e pode levar a boa convivência com a aceitação do outro, do seu pensamento e valores, do saber ouvir, do expressar-se. O próprio documento “Parâmetros Curriculares Nacionais” recomenda que para trabalhar a interação e a cooperação é importante utilizar-se de atividades em grupo.

Quando o trabalho é desenvolvido em grupo, na forma de discussão reflexiva, agrega-se mais esse componente altamente didático na formação de um cidadão que na pedagogia revolucionária sustentada por Saviani (1985) promove a construção de conhecimento dentro de uma visão “crítico-social dos conteúdos”. Há muitos estudantes que responderam não participarem de discussões/reflexões sobre assuntos que lhes dizem respeito. Aqui também fica evidenciado o valor que se deve dar a estratégias que privilegiem o pilar “aprender a viver” juntos, conforme nos indica Delors (2003).

Com relação à participação dos estudantes que desenvolveram ações em grupo, podendo ser conhecidas suas motivações, os resultados evidenciaram que grande parte dos alunos estiveram em algum momento envolvidos em ações, apesar de 30,6% ainda demonstrarem pouco ou nenhum envolvimento nesse tipo de evento. É um percentual alto que pode indicar ausência ou pouca ênfase numa metodologia que pode facilitar para o indivíduo “aprender a fazer”, um dos pilares da educação sugerida pela UNESCO (DELORS, 2003.)

Também ficou evidenciado o baixo envolvimento dos jovens em projetos que envolvam a comunidade local (23,7%), o que contraria as Orientações Pedagógicas da Secretaria de Educação do DF que estimula o estudo por projetos que envolvam a comunidade local (GDF, 2008). Como as três escolas participaram do Projeto SuperAção Jovem, do Instituto Ayrton Senna, que manteve parceria com as escolas públicas do DF, parte desses estudantes em equipes ou times trabalharam como protagonistas de seus próprios projetos. Isso pode justificar o fato de somente parte das turmas das três salas de aulas terem trabalhado com a comunidade local.

Analisando o conjunto dos resultados quanto a abertura para a formação voltada para o envolvimento do estudante com questões próprias, a participação em grupo, o debate e atividade em projetos com a comunidade local, os resultados demonstraram que mais da metade dos alunos estão envolvidos nesse tipo de didática (56%). É um índice baixo considerando que o restante não se envolveu nesse tipo de estratégia de aprendizado, ou pode indicar que foram poucas as oportunidades desses estudantes trabalharem com essas dinâmicas e a distância do que é realizado em sala de aula com as diretrizes pedagógicas do sistema de ensino, as quais enfatizam essas didáticas como primordiais para o desenvolvimento do estudante no exercício da cidadania.

Com relação à participação do aluno em questões básicas do dia a dia da escola, os resultados revelaram que as escolas parecem ainda fechadas para a gestão compartilhada com os alunos. Assuntos corriqueiros, como a satisfação quanto a merenda escolar, ainda são tratados sem o envolvimento direto do aluno. Mais uma vez constata-se a distância entre o que está preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e a realidade vivida na escola. Na seção de “Orientação didática geral”, os PCNs preceitua a necessidade de ensinar a “promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas conseqüências” (BRASIL, 1997, item 6.1, s.p.).

Embora a participação estudantil na escola seja pequena, foi verificado que esses estudantes possuíam valores importantes para a construção da cidadania. Os estudantes demonstraram abertura para expor pensamento contrário ao do

professor ou do colega, mais da metade deles responderam que expõe seu pensamento para que os demais saibam que existe outro modo de pensar e quase $\frac{1}{4}$ deles o faziam para tentar convencer os outros acerca de sua posição. A maioria que afirmou expor seu pensamento só para se conhecer outro modo de pensar nos remete a aceitação da multiculturalidade com suas diferenças, o que favorece em muito uma democracia profunda. Uma pequena parte daqueles que responderam que não expõe seu pensamento disse não ter segurança em fazê-lo, o que indica que alguns ainda caminham com dificuldade para a autonomia, pois ainda não confiam em seu potencial ou tem medo. Alguns não expõem seus pensamentos por perceberem que não vale a pena, o que demonstra que ainda que além da falta de abertura, os alunos não se sentem ouvidos.

Valores

Na questão da aceitação do outro, como prática de convivência numa sociedade plural, os resultados foram positivos. Ficou evidenciado que 88% dos estudantes que participaram do estudo possuem esse valor. Esse resultado pode estar associado ao fato de que a temática sobre o “bullying” (discriminação contra o outro) foi trabalhada recentemente em pelo menos duas das três escolas pesquisadas. Verificamos que esse dado não corrobora a pesquisa feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas- FIPE, junto a comunidade escolar brasileira de ensino fundamental, pela qual constatou-se que 99,3% dos entrevistados tinham algum tipo de preconceito, 96,5% demonstraram ter preconceitos com relação a portadores de necessidades especiais, 94,2% revelaram preconceito étnico-racial e 87,3% evidenciaram preconceito de orientação sexual (FIPE, 2009). A aceitação do outro é um valor importantíssimo para a democracia e perpassa três dos quatro pilares da educação do século 21: “aprender a ser”, “aprender a viver com” e “aprender a conhecer” (DELORS, 1998).

A pesquisa apontou que pouco mais da metade desses estudantes se mostraram fraternos em relação ao colega. Esse espírito solidário/fraterno une as

peças em torno de causas comuns e é agregador importante para a convivência social, a cidadania e a democracia (BRASIL, 1996, DELORS, 1998).

Quanto à questão da ética sobre devolver algo que não é seu, a maioria dos entrevistados responderam como se éticos fossem. A ética é um dos valores essenciais para a cidadania e para a convivência social (BRASIL, 1997), a preservação da espécie humana e do planeta terra (BOFF, 1999) e a humanização da humanidade (MORIN, 2000).

Ainda na direção de um comportamento ético, os resultados demonstraram que 2/5 das respostas foram consideradas como ética da moral, uma vez que os estudantes recusaram participar de brincadeira maldosa por não ser correto. Outros dois quintos não participariam dessa brincadeira por consciência de não se estragar um bem público ou um bem da escola. Nesse sentido, havendo maior consciência haverá maior interesse pelo que é público (VASCONCELLOS, 1995). Baltazar (2008) comenta que os direitos coletivos têm ganhado muita importância na história da humanidade. O PNEF também cita a importância de se trabalhar o valor coletivo (bem público), a ética mesmo sendo fruto da moral e não da consciência (BRASIL, 2008C).

Assim, pode-se inferir que as várias questões que abordaram a temática dos valores individuais para convivência como cidadão (abertura para o compartilhamento, ética como moral, ética pela consciência, solidariedade, abertura para o convívio, respeito ao bem público) estão presentes na concepção da maioria dos estudantes pesquisados. São valores desejados pela LDB no Governo Federal, pelas Orientações Curriculares e Orientações Pedagógicas do sistema de ensino do Governo do Distrito Federal. A construção desses valores passa pelos quatro pilares da educação para o século XXI sugerido pela UNESCO e pelas estratégias do Programa Nacional de Educação Fiscal.

Conhecimento Sobre a Relação Sociedade-Estado

A grande maioria dos estudantes pesquisados sabe a quem pertence um bem público e que os impostos são pagos por todos, inclusive pelos próprios pais e responsáveis e que muitas vezes paga-se por impostos de forma indireta,

através do consumo de bens e serviços. No entanto, somente uma minoria sabe que o valor dos impostos arrecadados serve para prover o Estado.

Nas orientações do PNEF e na visão deste especializando, todo cidadão precisa ter um conjunto de conhecimentos básicos sobre os impostos relacionados a quatro pontos:

1. Saber que é sujeito provedor do Estado. Até as classes menos favorecidas economicamente provêm o Estado pagando muito de impostos e contribuições, principalmente de forma indireta (BRASIL, 2009A), através do consumo de bens e serviços que não aparecem destacados nos documentos de compra. Conforme Relatório da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2009), as classes menos favorecidas economicamente pagam mais impostos do que os mais abastados, proporcionalmente ao rendimento. Portanto, pode ser falsa a ideia e o sentimento popular de que quem paga impostos são os ricos e as empresas. Todo custo do imposto e contribuições que incidem sobre a produção e o consumo é repassado ao comprador final, embutido no custo do produto, Quando você sabe que boa quantidade de seus rendimentos, muitas vezes pago de forma indireta e involuntária, vai para o erário público, é mais fácil procurar saber como esse dinheiro vai ser utilizado. O que favorece a participação social no controle da gestão pública.
2. Saber que o Estado provido com recursos, principalmente tributários, vindo de todas as pessoas que possui fontes financeiras de recurso, tem o papel de assegurar direitos e garantias individuais e coletivas, organizar a vontade do povo em seu território exercendo o poder coercitivo sobre todos no cumprimento de seus deveres (BRASIL, 2008C). Esse conhecimento valoriza o papel do Estado, sua aceitação e harmonização da relação Indivíduo-Estado.
3. Saber onde está sendo gasto o dinheiro coletivo de modo a ter acesso a dados sobre o planejamento público, o orçamento público, e noções de gasto público. O povo, em geral, não tem observado que, nos últimos orçamentos da União, o provimento de recursos ao Estado é regressivo.

Ou seja, quanto menos se ganha mais se paga de impostos em termos de percentagem. Proporcionalmente, no momento de dividir o bolo, a maior fatia tem ido para o bolso daqueles que possuem dinheiro (classe média e alta) que aplicam no sistema financeiro ou diretamente empresta ao governo e recebe juros por isso (BRASIL, 2009). A segunda maior fatia fica com a previdência social que se destina a classe menos favorecida economicamente. É possível que quem detenha esse tipo de conhecimento tenha mais condição de cobrar do Estado que se busque a justiça social, vontade manifestada na Constituição Brasileira.

4. Saber sobre os poderes que o indivíduo tem para lutar por melhorias ou de influenciar nas decisões governamentais, como por exemplo, projetos de lei popular, audiências públicas, conferências públicas, julgamentos populares, manifestações públicas, rede de controle social (BALTAZAR, 2008)

Quanto à função do Estado, considerando que a Constituição do Brasil diz em seu artigo 1º, que nossa República Federativa se constitui em “Estado Democrático de Direito” e sendo a mesma considerada uma Constituição Cidadã por prever direitos fundamentais a vida, apenas 1/3 das respostas dos alunos assinalaram que a função do Estado é a de “manter os direitos das pessoas”. Essa resposta demonstra a função primordial do Estado brasileiro. No entanto, também é função do Estado controlar e impor deveres, apesar de não ser o seu fim supremo.

Por fim, o Estado tem o papel de cobrar impostos que não é um fim em si mesmo, porém utiliza-se desse instrumento de poder para cumprir suas funções previstas no artigo 23 da Carta Magna. A compreensão desse papel do Estado, pela maioria dos estudantes, parece estar vinculada, principalmente a mídia, que tem noticiado a alta carga tributária que nos é imposta.

Os resultados evidenciam que os estudantes possuem conhecimentos que são básicos para o exercício da cidadania, apesar de não parecem suficientes. No entanto, surpreende, uma vez que as expectativas anteriores a esta pesquisa era a de que este assunto era ausente dos componentes curriculares.

É interessante complementar os resultados deste estudo, a parte que diz respeito ao conhecimento sobre o papel do Estado, com a pesquisa encomendada pela ESAF junto aos brasileiros em geral, de todas as regiões do país, escolhidas proporcionalmente ao nº de habitantes, com predominância de 56% deles com rendimento de até 3 salários mínimos, de todos os graus de escolaridades, sendo o percentual mais elevado o grau de ensino médio, com 15% de jovens entre 16 a 24 anos e 70% de adultos entre 25 e 59 anos, feita por telefone, que destacamos alguns pontos como orientadores e diferenciadores que nos permitirá traçar um paralelo entre o conhecimento dos estudantes e da sociedade em geral. (BRASIL, 2010) Vejamos:

- 80% das pessoas acham o sistema tributário (normas sobre impostos, contribuições e outros) muito complexo;

- 67% não possuem acesso a orientação e informação sobre a importância do pagamento correto e em dia dos impostos;

- 79% consideram grave ou muito grave a sonegação. 42% acham que não há punição pela sonegação ou é baixo seu risco. 57% não denunciaria um sonegador. Maior é a percentagem de pessoas que denunciariam o crime de sonegação quanto mais consciência ela tem sobre a gravidade desse crime;

- Cerca de 80% da população tem por hábito pedir sempre ou na maioria das vezes a nota fiscal quando realiza suas compras. Uma maioria de 95% considera importante essa prática.

- A maioria dos entrevistados não aprova a forma como o governo gasta o dinheiro público. Somente 15,5% deles aprovam a maneira como é gasto;

- Mais da metade dos entrevistados não percebem os benefícios das ações do governo em suas vidas.

- Cerca de dois terços dos entrevistados acham que falta transparência na divulgação do que se arrecada e como se gasta esses recursos.

Os dados da pesquisa com os estudantes e da pesquisa encomendada pela ESAF nos mostram que há relativa ignorância sobre as questões do Estado. Há a necessidade de uma sociedade mais envolvida com as questões do Estado. Há que se lutar pela simplificação do sistema de tributação e pela transparência e

pelo bom gasto do dinheiro público e isso se faz com autonomia, organização coletiva, consciência crítica, e ação coletiva reflexiva.

5.2.2 Discussão dos Resultados da Pesquisa com os Professores

Observa-se, a partir dos resultados desta pesquisa, que a maioria dos professores que participaram da coleta de dados, teve contato com cursos, didáticas e materiais que facilitem a formação do cidadão. No entanto, somente metade deles demonstrou trabalhar com metodologias ou didáticas que favorecem a formação do estudante para a cidadania. Muitos deles utilizaram metodologias de ensino conteudista e tradicional. A formação para a cidadania precisa sair do modo unicamente transmissivo de ensino e abrir-se à construção do saber que nasce de um dado espaço para a interação que se estabelece entre o corpo docente e o discente, no encontro do conhecimento institucionalizado e do conhecimento trazido por meios de expressão mais diversos interferidos por fatores sociais, culturais, políticos e psicológicos (BRASIL, 1997). Essa construção do saber se dá pela reflexão, participação ativa, divisão de responsabilidades, valorização de experiências etc. (BRASIL, 1997). Entre as metodologias e estratégias didáticas que favorecem a formação para a cidadania destacam-se aquelas que passam por aprender a dialogar, ouvir e ser ouvido, ajudar e pedir ajuda, aproveitar críticas, explicitar pontos de vista, coordenar ações em grupo e etc. (BRASIL, 1997)

Foi observado que a maioria dos professores participantes da pesquisa não exercem plenamente o seu papel de cidadão, dentro do conceito apresentado no capítulo 1, corroborado por Dalari (1998), Baltazar (2008) e Freire (2001), uma vez que poucos se engajavam em projetos coletivos ou juntavam-se a força do poder popular para favorecer mudanças sociais, políticas, culturais num espírito cooperativo e solidário.

Os professores apresentaram o voto consciente e o acompanhamento do trabalho dos representantes do povo como forma de participação e controle social. Esse poder é muito importante, porém não basta acompanhar de longe

através de noticiários e internet, é preciso reflexão, ação, manifestação para haver transformação (FREIRE, 1987, 2001). Quando o professor, ou outro cidadão qualquer, não cultiva participação social, do espírito solidário, dificilmente ele irá passar esses valores aos estudantes ou trabalhar para essa perspectiva (ARROYO, 2003).

Na questão da gestão participativa nas escolas do DF o próprio sistema de ensino impõe às suas instituições que utilizem da gestão compartilhada, implementada pela Lei 4.036 de 2007. Embora a Lei não defina o termo “compartilhada”, informa que vêm atender aos anseios da LDB e da Constituição Federal, art. 206. Assim, as instituições públicas de ensino devem ser geridas pelo diretor e vice-diretor, que se submetem a critérios técnicos e são eleitos por todos os segmentos da comunidade escolar, inclusive estudantes com idade acima de 16 anos.

A gestão deve se submeter às deliberações do Conselho Escolar, que é um órgão colegiado, com representante de todos os segmentos da comunidade escolar, eleitos por cada segmento separadamente, conforme cita o Decreto nº 29.207/2008. A LDB em seu artigo 14 diz que o projeto educacional deve ter a participação dos professores. Pelas respostas dos professores, mesmo havendo a obrigatoriedade das normas sobre a gestão democrática, na prática parece acanhada. A maioria dos professos não atua nos conselhos escolares e a participação dos funcionários, dos responsáveis pelos estudantes ou dos próprios estudantes é ínfima. No entanto, parece haver compartilhamento da gestão pedagógica entre professores, coordenadores e supervisores pedagógicos. Pode-se inferir a partir dos resultados encontrados, que mesmo havendo exigência normativa sobre a participação de todos os segmentos escolares nas decisões sobre o cotidiano da escola, pouco está acontecendo nesta direção.

É importante frisar que as diretrizes nacionais e distritais incentivam a gestão democrática, porém não deixam claro a importância dessa gestão democrática como didática para o aprender democrático. Nesse sentido, Delors (2003) enfatiza a importância dessa prática na descoberta de que os direitos e a liberdade individuais são limitados pelos direitos e liberdade do outro ou do coletivo.

Desde o movimento das “Diretas Já” em 1983-1984 passando pela criação da Constituição Federal em 1988, até os dias atuais, setores da sociedade intensificaram a luta para quebrar a tradição antidemocrática (BRASIL, 2008C). Porém, essa cultura das relações de poder, de domínio, de estratificação social, de ditador que impera em cada um de nós, bicho-homem, não permite com facilidade a mudança de atitude. Essa tradição é perpetuada, quando em sala de aula ou em outros espaços educativos, o professor toma posição de domínio ou tem dificuldade de abrir mão de seu poder intelectual (é aquele que sabe e os outros aprendem com ele) em favor do diálogo e da mediação ou quando prefere acomodar-se ao método tradicional de transmissão de conhecimento, ou ainda quando se omite a participar em mecanismos de pressão ou controle sobre o governo.

A discussão anterior aponta para a necessidade indicada pela maioria dos professores de maior investimento em cursos, congressos e salários como forma de melhorar a educação. Esse dado demonstra que o campo de desejos por mudanças para melhoria está fértil e é preciso saciar essa necessidade investindo mais nos educadores.

5.2.3 Discussão acerca da Análise Documental

Os resultados demonstram que o processo de construção coletiva do projeto educacional das escolas pesquisadas envolveu mais os segmentos da diretoria e alguns profissionais da educação. Na parte pedagógica houve um maior envolvimento dos professores, coordenadores, supervisores e do Conselho Escolar. No entanto, em nenhum dos PPPs analisados havia indícios da participação dos estudantes em sua elaboração.

A elaboração de um projeto educacional com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar, com reflexão e consciência, além de refletir melhor as necessidades da escola e dos educandos, as ações que se desdobram tem mais sentido e pode levar ao envolvimento de um maior contingente escolar na execução do plano, conforme argumenta Vasconcellos (1995).

A participação dos estudantes por meio de consulta, debates sobre

temáticas da atualidade ou participação em projetos estudantis, além de convocá-los a assumir responsabilidades pelas escolhas, desenvolve a autonomia e ainda ocasiona interação e cooperação. Com isso, também promove a tomada de decisão coletiva, importante prática democrática para a formação cidadã.

Os PPPs analisados apresentavam metodologias, didáticas e projetos variados com importantes caminhos para a formação da cidadania. Entre esses, podemos destacar: o protagonismo do estudante no projeto de SuperAção Jovem; elaboração de código de conduta, principalmente se nasceu do debate entre os próprios estudantes; criação de fóruns permanentes para debates de temas sociais; construção coletiva da Agenda 21 (responsabilidades e ações para o meio ambiente); avaliação que valorize a análise, criação, interpretação e crítica, formulando suas próprias idéias; desenvolver a educação por projetos como: Projeto Ética e Cidadania, o Café Literário, a Arte-terapia e SuperAção Jovem.

Essas didáticas e metodologias que permitem e incentivam os estudantes a trazer seus saberes e vontades, debatê-los e alinhavá-los com outros saberes e vontades, caminhando coletivamente e cuidando para não haver exclusão e trabalhando a diversidade, conforme recomendam os PCNs e as Orientações Curriculares do DF, levam a formação do cidadão (BRASIL, 1997; DF, s.d.).

Ainda com relação aos PPPs, não foi observado diretamente a diretriz de promoção do ensino relacionado aos direitos e deveres nas relações Estado-Sociedade. Constatou-se, no entanto, a preocupação em construir instrumentos de compreensão e de participação das relações sociais, políticas e culturais, porém pelas respostas dos professores e alunos pesquisados percebe-se que de fato não é trazido na teoria ou prática elementos dessa relação.

Ficou evidenciado que apesar do currículo explicitar a necessidade de trabalhar os direitos e deveres sem observar se contidos na relação indivíduo-sociedade ou indivíduo-sociedade-estado (DF, s.d), que muitas vezes o que é trabalhado na escola fica apenas relacionado ao binômio indivíduo-sociedade. O que pode ser exemplificando, pelo fato de que uma das escolas que participou de nosso estudo ter trabalhado com os alunos o Estatuto da Criança e do Adolescente enfatizando os direitos desses segmentos e os deveres da sociedade, porém não há indícios de sua contrapartida que são os deveres do

Estado sustentados pelo dever de cada cidadão de provê-lo não só com o pagamento de impostos diretos como pela obrigação de pedir a nota fiscal ou recibo, sob pena de os impostos indiretos que o consumidor paga junto com o custo do bem ou serviço adquirido, não sejam repassados aos cofres públicos. Outro exemplo: trabalham a ecologia enfatizando os deveres de cada indivíduo, conforme citado num dos PPPs: (5R: Refletir, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar) sem questionar ou agir para que o governo faça sua parte na coleta e aproveitamento seletivo do lixo, na limpeza de galerias e etc. Haveria que incluir o 6º R : Reclamar.

Também com base na análise dos PPPs e dos resultados demonstrados pode-se inferir que apesar da ênfase na formação de valores presentes na cidadania estarem contidos nos PPPs, na prática não há um fomento efetivo que leve a essa formação. É o caso da solidariedade. O Decreto nº 28.235/2007 do governo do Distrito Federal, cria a inclusão do serviço de voluntário na Proposta Pedagógica da Escola por considerar a necessidade de preparar os estudantes para a prática da cidadania e solidariedade e por considerar a importância de criar vínculos na comunidade e entre as comunidades. Como o decreto só decreta e não disciplina, algumas escolas tem entendido que a formação do espírito solidário no contexto do voluntariado passa por executar projetos assistenciais ou de caridade.

Foi visto em uma das três escolas o projeto de solidariedade que tratava de arrecadar alimentos e roupas na região e levar para uma creche. Não foi observado momentos de reflexão sobre a situação da criança e o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme nos diz Dewey (1980), a caridade e a filantropia podem funcionar como calmante social evitando com que o grupo que sofre a falta de dignidade ou o usufruto dos direitos fundamentais lutem por mudanças. Os que fazem a doação podem se sentir superiores e os que a recebem podem se sentir inferiores. Qualquer execução de projeto, inclusive de voluntariado precisa passar pela reflexão crítica das situações geradas, ter noções das responsabilidades sociais e dos deveres do Estado. A construção da solidariedade educativa passa por construir parcerias e caminhar

juntos na luta para se alcançar o que lhes foram negados ou remediar o que foi perdido e é irrecuperável.

5.3 - Discussão dos Programas e Ações das Instituições Parceiras

Todos os professores pesquisados declararam ter nível superior (3º grau), e que foram contemplados com aulas de estratégias e didáticas que favoreceriam a formação da cidadania, porém a maioria também indicou a necessidade de investimento em formação continuada, o que corrobora resultados encontrados por Silva (2010) e Melo (2010).

Nessa direção, é importante ressaltar que o Programa Nacional de Educação Fiscal- PNEF, com o fim de disseminar informações e conceitos sobre gestão pública, favorecendo a intensificação da participação social e estimulando a prática interdisciplinar nas ações de educação fiscal, projetou o currículo do curso de Disseminadores de Educação Fiscal oferecido ao público em geral, inclusive aos professores.

Esse curso guarda proximidade, em parte, com as Orientações Curriculares do componente história e geografia do sistema de ensino do DF e seus conteúdos importantes para a formação do cidadão. Nesse sentido, o PNEF entende como sendo importantes: Função Social dos Tributos; apresenta os documentos fiscais; trata de formas de se evitar o imposto e de direcionar parte dele; explica sobre o ente tributante e a repartição das receitas ente os entes do Estado; trata da reforma tributária, da manutenção de políticas públicas, trata da ética e do Estado que desejamos; Gestão dos recursos públicos: orçamento publico, gastos públicos, execução orçamentária, o processo de compra pública; o compromisso do gestor público e a necessidade do controle social desses recursos (BRASIL, 2008).

Ainda fica explícito que o cursando saiba: que todo trabalhador paga muitos impostos indiretos sendo ele o sujeito que provê o Estado com recursos, não somente as pessoas da classe mais favorecida economicamente ou o empresário; que saiba para onde está indo o dinheiro que ele ajuda a arrecadar; que saiba os caminhos e poderes populares para fazer valer a sua vontade e a do

grupo que está inserido. Nesta direção, faz-se necessário que o Curso de Disseminadores da Educação Fiscal englobe com maior clareza essa parte do conhecimento.

Pela ótica dos professores, corroborada por resultados encontrados por outros pesquisadores (MELO, 2010; SILVA, 2010), os cursos de Educação Fiscal tem sido muito importante para se trabalhar um tema tão árido com adolescentes, e sabem da importância desse ensino para a formação da cidadania, porém houve resistências na aplicabilidade desse aprendizado aos seus educandos. Nesse sentido, Silva (2010) apurou que há deficiência para se trabalhar com a transversalidade, habilidade necessária para essa temática e falta apoio institucional para acompanhar e incentivar projetos dessa natureza. Enquanto, Melo (2010) indicou que há muitos temas concorrentes ao da Educação Fiscal para se trabalhar em pouco tempo que é dado a “Parte Diversificada” (parte do currículo planejada pela própria escola) e que há resistências culturais em desenvolver trabalhos coletivos e interdisciplinares que extrapole a visão fechada de currículo. Os professores sugerem promover palestras frequentes, estender o curso maciçamente aos professores, promover intercâmbio entre as escolas. Ainda na mesma direção, Torres (2010) apontou que o curso de Disseminadores de Educação Fiscal deixou carência com relação a práticas didáticos-pedagógicas.

Ainda é importante destacar que há práticas de várias entidades parceiras voltadas aos estudantes contendo didáticas e estratégias que consideram a participação em grupo, a construção do saber coletivo, a criatividade, o protagonismo, a interação, a cooperação, a ética e a solidariedade como parte dessa formação, conforme descrito no capítulo II deste trabalho.

Resumindo, verifica-se a necessidade de se trabalhar mais na formação para a cidadania com os estudantes, utilizando-se de estratégias como trabalhos em grupo unindo a teoria e a prática, trabalhando a interação e a cooperação, estimulando a participação desses estudantes no processo decisório das questões escolares, estimulando a solidariedade entre eles e solidarizar com a comunidade, participando de projetos coletivos. Os alunos demonstraram ter valores e princípios como a ética, a inclusão de todos e solidariedade e tem

razoável conhecimento sobre bem público e o papel do Estado. Para esse aprendizado é necessário se ter professores abertos à participação do estudante, com valores e prática de democracia participativa e uma escola aberta a uma gestão compartilhada. Os Projetos Políticos-Pedagógicos devem ser construído por toda a comunidade e precisam se transformar em ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS PARA PESQUISAS FUTURAS

Esta pesquisa teve como parte do seu objetivo geral investigar estratégias que contribuem para essa formação nas séries finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), nesse sentido com a revisão da literatura sobre formação para a cidadania veio à tona a proximidade das orientações do sistema de ensino federal e distrital com a literatura existente. As orientações pedagógicas refletem o que há de mais respeitado no momento atual, pois utiliza-se de conceitos nobres que valorizam uma educação emancipatória. As normas do sistema também são ricas porém elas determinam e toda determinação tira a possibilidade de debate e escolha para construção de projeto próprio, porém tem a intenção de proteger o sistema educacional.

Com as pesquisas junto aos estudantes, professores e aos projetos políticos-pedagógicos das escolas observou-se o distanciamento entre as orientações educacionais com os pensamentos e ações dos professores, e as respostas dos alunos e a prática escolar. Observou-se que o currículo das escolas e as expectativas de aprendizagem são carregadas de possibilidades, porém podem não se concretizar se os professores e a direção não tiverem conhecimento e vivência de participação democrática em mecanismos sociais que interferem nas políticas públicas e se não dominarem boas estratégias..

A partir dos resultados encontrados, inclusive apoiados por resultados de outras pesquisas, inferimos que faltam aos professores, a utilização de estratégias, conhecimentos sobre a relação Sociedade-Estado, que colaborem na formação de um cidadão. Ainda consideramos importante que os sistemas de ensino favoreçam e promovam eventos que formem seus educadores no sentido de melhor trabalharem com temas transversais, elaborar e executar planos de ensino em conjunto, favorecendo a interdisciplinaridade

Os programas de entidades parceiras da escola precisam oferecer cursos mais específicos para os professores, ricos em exemplos de estratégias que valorizem o trabalho em grupo com a participação ativa de todos os seus

elementos para desenvolvimento da interação e cooperação, a construção do conhecimento por todos, a decisão em grupo sobre questões que afetam a comunidade, a valorização dos direitos coletivos e individuais trabalhando os valores democráticos, a ética e a solidariedade.

Ainda recomenda-se à coordenação do PNEF que reúna os materiais produzidos por outros estados da federação, como é o exemplo do trabalho desenvolvido conjuntamente com os professores no DF, realizado pelo Grupo de Educação Fiscal e selecionar, de modo a considerar os aspectos da cultura regional. Também nos parece igualmente importante que os projetos desenvolvidos por entidades parceiras da escola facilitem o acesso a esse conhecimento.

Com base nos resultados das pesquisas realizadas e apresentadas, ainda é recomendável que o curso de Disseminadores de Educação Fiscal contemple o entendimento básico do sistema tributário, estimulando a busca pelos dados de arrecadação e gasto público, ensinar e estimular a participação no planejamento e orçamento público, trazer informações e fontes de pesquisas sobre maus pagadores, sonegadores de impostos e suas penalidades, unindo teoria e prática.

Por outro lado, as escolas devem estar abertas a participação dos estudantes nos processos decisórios ou de avaliação, assim eles exercitarão a democracia participativa, serão mais responsáveis, aprenderão a tomar decisões em grupo e desenvolvem a crítica.

Como perspectiva para novas pesquisas propõe-se a discussão e investigação do currículo de formação de professores nas faculdades e nos cursos que a Escola de Aperfeiçoamento dos Professores do DF – EAPE verificando como a formação do educador visando a cidadania tem sido objeto de atenção do sistema de ensino do DF. Também nesse sentido, seria interessante o estreitamento entre os vários parceiros da escola nessa formação.

Com relação aos procedimentos de coleta de dados, poderiam ser realizados estudos que utilizasse como estratégia a observação, com interferência mínima nas didáticas de ensino. Também seria mais útil do ponto de vista educativo, antes da aplicação do questionário dirigido aos estudantes, individualmente, realizar debate ou palestras com a finalidade de sensibilizar

sobre o tema e informar sobre os aspectos mais importantes sobre a formação para a cidadania, antes de iniciar a coleta de dados.

Finaliza-se assim este estudo com a certeza de que a obra está inacabada, porém houve contribuição ao estado da arte. O Padre Antonio Stafuzza, em sua Teoria da Reintegração, brinda seus leitores com a estória do papel do arqueólogo que escavou profundamente, descobriu muitos fragmentos de uma taça antiga, recolheu o quanto pôde e juntou os pedaços que conseguiu do quebra-cabeça e “*serviu o mais velho vinho do mundo...*” Conta-nos que a taça funciona e nela pode-se beber da sabedoria. Sobraram inúmeros pedaços dessa taça que outros poderão reunir (STAFUZZA, s.d, pg. introdução).

REFERÊNCIAS

ABREU, V. K.; INÁCIO, G. F. **A Educação Moral e Cívica – Doutrina, Disciplina e prática educativa.** Revista HISTEDBR On-line nº 24. Campinas: Unicamp, 2006 Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art11_24.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2011.

ALTHUSSER, L. **Os Aparelhos ideológicos de Estado.** Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

AMORIM, F.Oliveira. Da Filosofia à Educação para a Cidadania. Revista Multidisciplinar da Uniesp. Saber Acadêmico n. 7 –jun 2009 ISSN 1980-5950. Disponível em: < http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/12_da_filosofia.pdf. Acesso em: 06 fev 2011.

ARROYO, Miguel. **Educação e exclusão da cidadania.** In: ARROYO, M.; BUFFA, E.; NOSELA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2003.

AVELINO, Pedro Buck. **Princípios da solidariedade:** imbricações históricas e sua inserção na Constituição de 1988. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 53, 2005, p. 250

BALTAZAR, Antonio H. L. **Teoria e Prática em Cidadania.** Apostila do Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania. Brasília: ESAF, 2008.

BARBOSA, B. **Falta de informação limita participação popular.** Rio de Janeiro: Cidadania na Internet. nov. 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/12/12/politica-informacao.html>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

BARBOSA, N. V. S. **Educação e Qualidade Social – conteúdo.** Apostila do Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania. Brasília: Esaf, 2010.

BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola:** da autonomia decretada à autonomia construída. IN: J. Barroso (org). **O estudo da escola.** Porto: Porto

Editora, 1996. IN: MOURA, Rui. **O Conceito de Autonomia de Escola**: algumas reflexões. Educare/Educere, 1999, 7, 85-94. Disponível em: <<http://rmoura.tripod.com/autonomia.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

BECKER, Fernando. **O que é Construtivismo**. São Paulo: Centro de Referência em Educação Mario Covas. s.d. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf . Acesso em 07mai2011

BELLO, José L. Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Rio de Janeiro: **Pedagogia em Foco**, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0050>. Acesso em: 21 jul. 2010.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: Ética do humano – compaixão pela terra. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANCO, Angela U. Cooperação, Competição e Individualismo em uma Perspectiva Sócio-cultural Construtivista. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, 17(2), p.189-198 Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2522881/Cooperacao-Competicao-e-Individualismo-em-uma-perspectiva-sociocultural-constructivista>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, s.d. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 26 jan. 2011.

BRASIL Constituição (1967) **Emenda Constitucional nº 1** , de 17 de outubro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República, s.d..a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 26 jan. 2011.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jan.2011

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** n° 9.394/1996. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 31 mar. 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª séries). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2011.

BRASIL Ministério da Educação. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/CP n° 9/2001**. Legislação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/>. Acesso em: 31 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP n° 1/2002**. Legislação. Brasília, 2002 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP n° 1/2006**. Legislação. Brasília, DF: 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 31 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal no Brasil. Brasília. Plano **Estratégico 2008-2011**. Brasília, DF: ESAF, 2008a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Oficinas Pedagógicas**. Brasília: ESAF, 2008b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Relação Estado - Sociedade**. Caderno 2, 3. ed. Brasília: ESAF, 2008c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Educação Fiscal no Contexto Social**. Caderno 1, 3. ed. Brasília: ESAF, 2008d.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instituto de Pesquisa Aplicada- IPEA. **Relatório da Presidência**. Brasília, DF: IPEA, 2009. .

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Programa Nacional de Educação Fiscal no Brasil**. Brasília, DF: ESAF, 2009a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Função Social dos Tributos**. Caderno 3 PNEF. 4. ed. Brasília, DF: ESAF, 2009b.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **O que você tem a ver com a corrupção?**. Brasília, DF: MPDFT, 2009b. Disponível em: <<http://www.oquevoctemavercomacorrupcao.com>> Acesso em: 17 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Pesquisa**. Brasília, DF: ESAF, 2010 Disponível em: www.esaf.fazenda.gov.br Acesso 13 fev 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plenarinho**. Brasília, DF: WEB, 2011. Disponível em: <www.plenarinho.gov.br/>. Acesso em: 17 mai. 2011

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Programa Olho Vivo no Dinheiro Público**. Folheto. Brasília, DF: CGU, s.d. Disponível em: <www.cgu.gov.br/olhovivo>. Acesso em: 17 mai. 2011.

CHARLESWORTH M. **La bioética en una sociedad liberal**. Cambridge: Cambridge, 1996: v.131. IN GOLDIM José R. **Princípio do Respeito à Pessoa ou da Autonomia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grandes do Sul,

s.d. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

CHAÚI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

Correio Fomenta Debate e Leitura nas Escolas (**Programa Leitor do Futuro**) Diários Associados. Redação.. Online, 18 mai. 2011. Disponível em: <http://www.diariosassociados.com.br/home/>>. Acesso em: 18 mai. 2011.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DALLARI, D. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**, 8o ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DEWEY, John. **Teoria da vida moral**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, **Orientações Curriculares – Ensino Fundamental – Séries e Anos Finais**. Brasília: SEDF, s.d.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação do DF. **Diretrizes Pedagógicas (2009-2013)**. Brasília: SEDF, 2008.

DOLL Jr., W. E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

EDWARDS, J. Cooperation and competition: Two sides of the same coin? **The Irish Journal of Psychology**, 12,76-82., 1991 **IN:** PALMIERI Marilícia W.A; BRANCO A.U. Cooperação, Competição e Individualismo em uma perspectiva socio-cultural Construtivista. **Psicologia, Reflexão e Crítica**. Ano;vol 17, n. 001. Universidade Federal do Rio9 Grande do Sul. Porto Alegre, PP. 189 – 198, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18817207.pdf>>. Acesso em 14 jan 2011

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, **Preconceito e**

Discriminação no Ambiente Escolar. Pesquisa FEA-USP 2009. Online. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/noticias.php?i=268>. Acesso em 26 ago 2011

FREIRE A. M.(org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**, São Paulo: Ed.UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010.

FREIRE, P. **Um educador do povo**. Caderno 4, Santo André, Sinpro ABC, 2003. Disponível em <http://www.sinpro-abc.org.br/download/formacao4.pdf>. Acesso em 05 fev 2011

FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 1999.

GALVÃO, R. C. S. **Educação para a Cidadania. Net**. Brasília, jul 2010. Seção C. Educacional. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0050>. Acesso em 21 jul. 2010.

GALVÃO, R.C.S. Uma leitura marxista da vinculação histórica entre educação e cidadania no Brasil. Brasília, **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, nº 5, 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/resafe/numero005/textos/artigos_robertogalvao.html>. Acesso em 04 abr 2010

GOLDIM José R. **Princípio do Respeito à Pessoa ou da Autonomia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, s.d. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 22, 2006, 201-210.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na Educação: Os projetos de trabalho**. Tradução: Haubert, J. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HOLANDA, Aurélio B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed.

Editora Nova Fronteira, s.d.

LINS, Sérgio. **Sinergia Fator de Sucesso nas Relações Humanas**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2005.

MACHADO, N.. **Anotações para a Elaboração de uma Idéia de Cidadania**. São Paulo. IEA. USP, 2010 Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: 08 jan. 2011.

MELO, C. R. **Educação e Fiscalidade**: O Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal sob a ótica da Educação Básica – Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: ESAF, 2010.

MENA, Fernanda. **Escola não expande valores humanos**, São Paulo: Folha de S. Paulo, 01/08/2004, p.C2.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2a. ed. – São Paulo: Cortez ; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOURA, Rui. **O Conceito de Autonomia de Escola**: algumas reflexões. Educare/Educere, 7, 85-94. Disponível em <http://rmoura.tripod.com/autonomia.htm>>. Acesso em 07 mai. 2011

PERRET-CLERMODANT, A.N. (1980) Social interaction and Cognitive Development in Children. Londres: Academic Press. IN: Moura M.L.S. **A interação social e solução de problemas por, crianças**: questões metodológicas, resultados empíricos e implicações educacionais. Periódico Eletrônico Temas psicol. V.1 n.3 Ribeirão Preto: Periódico Eletrônico de Psicologia, dez 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1993000300006&script=sci_arttext >. Acesso em 07 mai. 2011.

PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. RJ: Freitas Bastos, 1975. IN: PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**, São Paulo: Cortez, 1999.

PINTO, C. **Escola e autonomia**, IN: A. Dias, A. Silva, C. Pinto, I. Hapetian, A

autonomia das escolas: um desafio. Lisboa: Texto Editora, 1998, pp. 9-24. IN:

RAMAL A.C. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Salvador: **Revista de Educação CEAP** n° 17, junho de 1997. p.05-21. Disponível em www.pedroarrupe.com.br/upload/ldbceap.pdf . Acesso em 14 abr 2011.

RODRIGUES, Shirlei Daudt. **Cidadania e Espaço Público a partir da Escola.** Brasília, Ed. UnB, 2007. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2103#http://bdtd.bce.unb.br/tesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2103#>. Acesso em: 29 mai. 2010.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SAVIANI D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SENNA I.A., Superação Jovem. Online. Instituto Ayrton Senna, s.d. Disponível em: http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/programas_superacao.asp Acesso em: 17 mai 2011.

SILVA, Valcir Alves. **A Educação Fiscal na rede pública de ensino do Distrito Federal: realidade e perspectivas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, ESAF, 2010.

STAFUZZA, Antonio T. **Teoria da Reintegração.** Apostila, s.d.

TIJIBOY, A. V.; MAÇADA, D.; SANTAROSA, L.M. e FAGUNDES, L. **Aprendizagem Cooperativa em Ambientes Telemáticos.** IN: IV Congresso RIBIE, Brasília, 1998 Disponível em: http://mathematikos.psic.ufrgs.br/textos/aprendizagem_cooperativa.pdf>. Acesso em 07 mai 2011

TORRES, Elcimar R. L. **Currículo e Formação para a Cidadania: O Desenvolvimento da Educação Fiscal na Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Distrito Federal.** Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: ESAF, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Plano de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS ESTUDANTES



ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CIDADÃ
Estudo sobre a Escola de Ensino Fundamental

O questionário que se segue tem como objetivo coletar dados sobre a formação que os alunos recebem na escola e que os ajudam a ser melhores cidadãos. Responda cada pergunta assinalando o item que melhor representa a sua opinião sobre o assunto. Fique à vontade para responder, pois a sua identidade será mantida em sigilo e as informações registradas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

Desde já agradeço a sua participação.

Questionário ao estudante de 8ª série

data: ___ / ___ / ___ Escola _____ ID: _____

1. Você tem participado de quais grupos na escola? Marque mais de uma opção se for verdadeiro:

() de estudo

() de discussão dos problemas da escola/comunidade

() para desenvolver algum projeto

() para tomar decisões

() para brincar

() para defender interesses próprios

() de nenhum grupo

() de outros grupos como: _____

2. Quando um colega que você conhece bem está quase reprovando numa disciplina, o que você faz?

- se coloca a disposição para ensiná-lo
- não faz nada, pois ele tem que procurar aprender sozinho
- pensa que ele deveria ter aproveitado melhor as oportunidades para aprender em sala de aula como você fez
- tenta ajudá-lo de várias maneiras
- tem outra atitude: _____

3. Quando um colega ou professor fala algo que contraria o seu pensamento, você costuma, na maioria das vezes:

- expor o seu pensamento contrário para convencê-lo
- expor seu pensamento para que saiba que há outro modo de ver a questão
- expor, porque _____
 - não expor, porque não tem segurança no seu modo de pensar
 - não expor porque não vale a pena debater os assuntos da vida.
 - não expor, porque _____

4. Quando uma pessoa tem um jeito diferente do seu (jeito de vestir, pensar, gosto, crenças e valores) você costuma: ficar chateado

- achar engraçado e ri da pessoa
- aceitar a pessoa assim mesmo
- pergunta por que se veste, pensa ou gosta de ser do jeito que é
- ter outra atitude: _____

5. Na escola, você já foi consultado(a) pelo professor, coordenador ou diretor(a):
- a. se a merenda está satisfazendo? () Sim () Não
 - b. se o professor está ensinando bem? () Sim () Não
 - c. para escolher o diretor da escola ou o coordenador? () Sim () Não
 - d. para saber o que pode ser melhorado na escola? () Sim () Não
 - e. para saber onde e como utilizar o dinheiro (a verba) da escola? () Sim () Não
 - f. para participar do Conselho de Classe? () Sim () Não
 - g. para participar do Grêmio Estudantil? () Sim () Não
 - h. Outro assunto importante: _____ () Sim () Não

6. Na escola você reflete ou discute com seus colegas, na presença do professor, sobre:

- a. O que é certo e o que é errado fazer na escola () Sim () Não
- b. A avaliação ou nota que o grupo ou você deve receber por algum trabalho, projeto ou prova () Sim () Não
- c. Como melhorar a situação do ensino () Sim () Não
- d. Como melhorar a escola () Sim () Não
- e. Como melhorar o país () Sim () Não

7. Se você achar duas notas de R\$ 20 na escola? O que você faz?

- () não conta para ninguém e fica com o dinheiro
- () fala com a direção ou o assistente da escola para que o ajude a encontrar o dono
- () pergunta só aos amigos se alguém perdeu dinheiro, sem perguntar à todos
- () diz aos outros que achou só uma nota e fica com a outra
- () outra coisa: _____

Justifique se quiser: _____

8. Em sua opinião, para que serve o Estado brasileiro?

- () Para tirar dinheiro do povo
- () para controlar a vida das pessoas
- () para impor deveres
- () para manter os direitos das pessoas

() para cobrar impostos

() para: _____

9. O que é bem público para você?

() é um bem que pertence ao governador ou aos políticos

() é um bem que pertence aos outros

() é um bem que pertence a todos

() é um bem que pertence a você

() é um bem que não pertence a ninguém

() é uma outra coisa: _____

10. Com relação aos impostos, responda

a. Os seus pais ou responsáveis por você pagam impostos? () Sim () não

b. Sabe quais impostos eles pagam? () Sim, quais? _____ () Não

c. Você sabe para que serve o dinheiro dos impostos? () Sim, para _____

_____ () Não sabe para que serve.

d. Quando compra um bem com nota fiscal, por exemplo: tênis, você está pagando algum tipo de imposto? () Sim () Não.

11. Imagine que um colega está sozinho na classe, se divertindo quebrando uma caixa de giz em pedacinho. Você entra na sala e ele feliz te convida a participar da brincadeira.

() Você vai participar, porque _____

() Você não vai participar, porque _____

12. Você já esteve junto com outros colegas lutando ou agindo por algo (uma causa) que achou certo?

() Sim - Qual(is) motivo(s)? _____

() Não - Qual(is) motivo(s)? _____

13. Você e seus colegas têm participado de algum projeto na comunidade próxima da escola ou na cidade? () Sim, sobre _____ () Não

14. Você gosta de estudar? () Sim () Não Por quê? _____

15 O que você gosta na escola? _____

16 O que você não gosta na escola? _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM OS PROFESSORES



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA **A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CIDADÃ** Estudo sobre a Escola de Ensino Fundamental

A entrevista que se segue tem como objetivo coletar dados sobre a formação que os alunos recebem na escola e que os ajudam a ser melhores cidadãos. Responda às perguntas expressando a sua opinião sobre cada assunto. Fique à vontade para responder, pois a sua identidade será mantida em sigilo e as informações registradas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

Desde já agradeço a sua participação.

Entrevista nº _____ - Professor da Escola: _____

DADOS DEMOGRÁFICOS

1. Gênero: Feminino Masculino

2. Formação:
Graduado(a) em: _____
Especialista em: _____
Outro: _____

3. Disciplina que leciona: _____

4. Tempo no Magistério: _____ anos

5. Tempo que atua nesta escola: _____ anos

6. Ocupa ou já ocupou cargo ou função na escola?
 Não Sim – Qual(is): _____

- 1) Como foi feito o Projeto Político-pedagógico (PPP) atual? Você participou do processo de planejamento?

 - 2) Quais são os aspectos (especificar alguns) que você considera ao planejar as suas aulas?

 - 3) Quais os métodos e estratégias que você utiliza em suas aulas?

 - 4) Como os estudantes se comportam em suas aulas?

 - 5) Os seus alunos, em sua maioria, são solidários? O que eles fazem que demonstra essa atitude? De que maneira a solidariedade é trabalhada na escola?

 - 6) Seus alunos, em sua maioria, participam de discussões ou reflexões sobre assuntos importantes para a vida?

 - 7) Em sua opinião como se forma para a cidadania?

 - 8) Você recebeu formação, orientação ou material no sentido de ensinar os estudantes a serem cidadãos?

 - 9) O que você entende por gestão participativa na escola?

 - 10) Há participação em que nível ou de quais segmentos, em sua escola?

 - 11) Você sabe quais são as verbas que a escola recebe, o valor de cada uma delas e como gasta esse dinheiro? Quem faz esse controle?
-

12) O Conselho de sua Escola é atuante? Como atua? Quais são os membros mais atuantes?

13) Para você, qual é o papel do Estado brasileiro na vida das pessoas?

14) Você contribui com o pagamento de impostos? Quais são os impostos que você paga/como?

15) Quais são as principais formas de participação política do cidadão nas decisões de governo?

16) Você participa de algum mecanismo de controle (pressão ou decisão) do Estado?

17) Você tem trabalhado em algum projeto comunitário? A escola tem trabalhado em algum projeto?

18) O que você mais gosta na escola?

19) O que você menos gosta na escola?

20) O que está faltando na educação no Brasil?

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CIDADÃ
Estudo sobre a Escola de Ensino Fundamental

A entrevista que se segue tem como objetivo coletar dados sobre a formação que os alunos recebem na escola e que os ajudam a ser melhores cidadãos. Responda às perguntas expressando a sua opinião sobre cada assunto. Fique à vontade para responder, pois a sua identidade será mantida em sigilo e as informações registradas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

Desde já agradeço a sua participação.”

Onésimo Stafuzza
Escola de Administração Fazendária
Alfândega de Brasília

- Diretor (a)/ vice-diretoria da Escola: _____

Autorizo a pesquisa do tipo questionário aos estudantes de uma das salas de 8ª série, acompanhada do professor responsável pela turma.

.....
Nome: _____ cargo _____
Escola _____

APÊNDICE D
GRADE DE ANÁLISE DE DADOS

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
Pergunta 01 - Como foi feito o Projeto Político Pedagógico (PPP) atual? Você participou do processo de planejamento ?	Participação de todos os seguimentos, menos o dos alunos	Participação democrática ativa de toda a comunidade (pais, funcion., aluno e etc)	1	Participação ativa: com direito a reflexão-discussão e voto.
	Participação dos funcionários	Particip.ativa parcial	2	direção, profes, funcionários ou Conselho, alunos ou pais
	Participação do conselho			
	Particip. dos pais;responsav.			
	Participação de alunos			
	Participação dos professores	Particip.profess.direção	3	
	-----	Gestão participativa	1	Gestão pedagógica compartilhada
	Não participativo	1	Só direção	
	-----		-----	
	“Existe tentativa para aplicar o projeto”	Participação do entrevistado	7	
2.Quais são os aspectos (especificar alguns) que	Sondagem (saber do conhecim.do estudante) Maturidade , Realidade Comportamento da turma	Realidade do aluno	5	Saber do conhecimento e das condições deles O ensino tem que estar conectado com o

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
<p> você considera ao planejar as suas aulas? </p>	<p> Questionamentos Teoria x Assuntos atuais Conteúdo curricular Desenvolvimento de calculo “livro didático tem muita figura e pouco exerc” </p>	<p> Contextualização Currículo </p>	<p> 4 2 </p>	<p> contexto da escola, do mundo, do aluno. assuntos pré-definidos </p>
<p> 3 - Quais os métodos e estratégias que você utiliza em suas aulas? </p>	<p> Anãlise noticias jornais Jogos inter-classes Leitura em voz alta Metod.triangular: atenção,conteúdo,contextual . e pratica Livro Documentários, vídeos Material concreto </p>	<p> Atividades em grupo Atividades individuais Transmissão de conhecimento </p>	<p> 5 1 5 </p>	<p> Conhecimento do professor ou dos livros passados aos estudantes </p>
<p> 4 - Como os estudantes se </p>	<p> Participam </p>	<p> Participativo </p>	<p> 5 </p>	

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
comportam em suas aulas?	Interessados Agressivos, apáticos, revoltados Não permito indisciplina	Comportamento aprovado Comportamento reprovado	1 4	
5 - Os seus alunos, em sua maioria, são solidários? O que eles fazem que demonstram essa atitude? De que maneira a solidariedade é trabalhada na escola?	Alunos exigem silêncio p;não atrapalhar aula Parte deles eles se fecham em pequenos grupos ----- Alunos com deficiência física Emprestam material Se unem para enganar o professor Unem-se para competir e vencer Respeito as limitações do outro ----- Serviços coletivos para alcançar o que gostam Cultura de paz Auto-estima, respeito, amor ao	Sim parcial Não ----- Ajudam os colegas Unem-se para garantir aprovação Respeito ----- Exercícios de cooperação	5 4 1 ----- 5 2 1 ----- 1	

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
	<p>próxim</p> <p>Trabalho constante</p>	<p>Discussão em grupo sobre valores e atitudes</p> <p>orientação</p>	<p>2</p> <p>3</p>	
<p>6- Seus alunos, em sua maioria, participam de discussões ou reflexões sobre assuntos import. Para a vida?</p>	<p>Surto de dengue, mensalãoDF</p> <p>Sim, com pouco interesse</p> <p>Eles tem melhorado, menos apáticos</p> <p>Perguntam - filosofam</p> <p>Alguns tem vergonha de se expor</p> <p>Quando é trabalhado o meio ambiente</p> <p>Não se interessam</p>	<p>Sim</p> <p>Pouco</p> <p>Não</p>	<p>6</p> <p>3</p> <p>1</p>	
<p>7- Em sua opinião como se forma para a cidadania?</p>	<p>ativid.interdiscipl. Particpar do coletivo</p> <p>estudar poderes, como funciona o pais</p>	<p>Fomentando a política em grupo</p>	<p>3</p>	<p>Debater, refletir, respeitar, participar</p>

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
	<p>buscar participação. Trazer a vivência do aluno</p> <p>trabalhar com regras e normas, direitos, deveres</p> <p>devem saber perguntar, não responder</p> <hr/> <p>incentivando responsabil. Vontade honestid.</p> <p>trabalhar c a familia s respeito, responsab ter filho</p> <p>orientando, dando exemplo</p> <p>mostrar a vida como ela é</p> <p>conversando e vendo como podem ser melhor</p>	<p>Trabalhando valores de ética, solidariedade e outros</p> <p>Formando para a critica</p> <p>Trabalhando valores de responsabilidade e respeito</p> <p>Dando exemplo de responsabilidade</p> <p>orientando</p>	<p>2</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>2</p>	<p>motiva-los para o questionamento, filosofando</p>
<p>8- Você recebeu formação, orientação ou material no sentido de</p>	<p>A UNB tem esse foco no pedagógico escolar</p> <p>no curso de estudos sociais</p> <p>Metodologia de ensino</p> <p>Temas transversais, direitos da</p>	<p>Recebeu na formação de 3º grau</p> <p>Cursos da Secret. De Educ.</p>	<p>2</p> <p>2</p>	<p>Formação de 3º grau</p>

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
ensinar os estudantes a serem cidadãos?	criança e adolesc. meio ambiente Curso comunic.em sala de aula A gente acaba recebendo – deveria ser formação continuada Didática Textos da direção, da SE e projetos Assistência pedagógica	Não especificou Apoio da escola Não	3 2 1	Diz ter recebido formação porém sem especificar
9- O que você entende por gestão participativa na escola?	Ouvir todas as pessoas Participação de todos os segmentos Pedagógica e administrativa	Inclui toda a comunidade Direção, profes.,pais e alunos Direção, profess e funcion Professores e direção	6 1 1 2	Direção, professor, funcionários, estudante, pais
10- Há participação em que nível	campo pedagógico e administrativo direção, pais e professores	Todos os segmentos Direção e conselho	2 3	Direção, conselho, professores, alunos, pais e funcionarios

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
ou de quais segmentos, em sua escola?	mais no campo pedagógico	Direção e professores Coordenação pedag.e profess.	4 1	
11. Você sabe quais são as verbas que a escola recebe, o valor de cada uma delas e como gasta esse dinheiro? Quem faz esse controle?		Sim, conheço as verbas Sei que existem Não sei quais são ----- Sei o valor aproximado Não sei o valor ----- Sei como é gasto Não sei como é gasto ----- Quem controla é o conselho Quem controla é a direção	4 4 2 ----- 3 7 ----- 9 1 ----- 5 5	

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
12. O Conselho de sua Escola é atuante? Como atua? Quais são os membros mais atuantes?	Decide se deve reter ou não o aluno Problemas com alunos	Sim Não sei Não é atuante ----- Controlando as contas Orienta;decide os problemas Sugerindo ----- Professores Pais e professores Direção	4 3 3 ----- 2 3 1 ----- 1 1 1	
13 - Para você, qual é o papel do Estado brasileiro na vida das pessoas?	Cumprir as obrigações constitucionais Visa o bem comum Dar liberdade e facilitar o conhecim. Dar condições do cidadão caminhar por si	Manter o Estado Democrático de Direito Facilitador do crescimento das pessoas Prestar serviços básicos	2 2 4	Manter a soberania nacional, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
	<p>Atender as necessid.básicas</p> <p>Valorizar a educação e saúde e segurança</p> <hr/> <p>Controlador e ditador de regras</p> <p>Deve fiscalizar o dinheiro publico</p>	<p>Ditar regras e controlar</p>	<p>3</p>	<p>Assegurar educação, saúde, segurança e as crianças adolescentes, jovens e idosos assegurar a vida, a cultura, o lazer (Art. 227 CF)</p> <p>Assegurar a vida, a educação e a liberdade</p> <p>O que impõe normas e controla a população</p>
<p>14 - Quais são os impostos que você paga/como?</p> <hr/>	<p>Tudo que se paga para consumir há imposto.</p> <p>Quando está comprando e exige a nota fiscal</p> <p>Impostos descontado em folha de pagamento</p> <p>IPVA, IPTU, Imposto de Renda IPTU, IPVA, DPVAT, INSS</p>	<p>Impostos indiretos</p> <p>Impostos diretos</p>	<p>7</p> <p>8</p>	<p>Impostos cobrados nas faturas de consumo ou embutidos no preço dos produtos e serviços.</p> <p>Responsabilidade direta do contribuinte em pagar aostos pago diretamente</p>
<p>15 - Quais são as principais formas de participação</p>	<p>Voto, recurso judicial ou administrativo, plebiscito, projeto de iniciativa popular</p>	<p>Poderes populares previstos na Constituição ou não</p>	<p>1</p>	<p>Voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular, greve, manifestações publicas, participação em conferências e conselhos. Sufrágio universal e outras manifestações</p>

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
política do cidadão nas decisões de governo?	Voto, acompanhar candidato, fazer manifestações pacíficas Voto, sindicato e greve Unindo-se para cobrar Cobrar dos deputados os anseios da população Voto e acompanh. do eleito Voto, reivindicar direitos, opinar Saber votar (ficha limpa)	Voto e meios de pressão coletiva Voto consciente. Cobrança individual dos políticos. Voto	4 4 1	coletivas. Manifestação individual: Voto para candidatos que acompanhou o trabalho e suas idéias. Cobrança das promessa Votar bem e em candidatos que não respondem a processos políticos e criminais
16. Você participa de algum mecanismo de controle (pressão ou decisão) do Estado?		Sindicato Rede web Abaixo- assinado Não	4 2 1 6	
17. Você tem trabalhado	Projeto preservar – meio amb	Sim, tenho trabalhado Não	2 8	

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
em algum projeto comunitário? A escola tem trabalhado em algum projeto?	----- Projeto junto ao Posto Saude Farmacotécnica Escola integral – ginástica Escola aberta – esporte, violção, pintura Palestra s drogas e limites	----- Sim, a escola trabalha Não sei Não	----- 5 2 3	
18. O que você mais gosta na escola?	socialização e formação do entrosamento c eles união Sua localização Do ambiente estrutura	Relacionamento c estudantes Relacionamento professores O prédio da escola	6 4 6	
19. O que você menos gosta na escola?	Quadra não coberta Auditório p palestras Turmas cheias	Falta logística	3	

Falas (conteúdo bruto)	Temas	Categorias	Freq	Definição
	Indisciplina alunos Falta ser ouvida	Relacionamento profess.-direção Falta participação dos respons. Falta de particip.estudantes	1 2 2	
	Falta de respeito geral	Falta recursos materiais Falta compromet.profission. Falta uma boa gestão particip Não identificado	1 1 2 1	
20. O que está faltando na educação no Brasil?	Mais investimento Incentivo a leitura Melhora material didático Transparência, particip. Cursos, salários, congressos Valorização, formas atrativas Projetos para estudantes	Governantes priorizarem educaç Melhorar gestão particip. Melhorar para professores Melhorar para alunos	4 1 7 4	